

– Críticas & alternativas –

Ninguém é *señor*, todos somos *tu*

Glauco Bruce Rodrigues

Professor do Departamento de Geografia e do
Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense –
Campos dos Goytacazes
tiamath@yahoo.com

1. Introdução

O famoso escritor George Orwell lutou na Espanha, do lado republicano, em uma milícia de um partido trotskista chamado Partido Obrero de Unificación Marxista (POUM). Após sua participação no conflito, Orwell escreveu um belo relato intitulado Homenagem à Catalunha e inúmeros outros artigos sobre o episódio. No Brasil, esse material foi publicado com o título Lutando na Espanha (ORWELL, 2006). Ele chega na Espanha pela cidade de Barcelona, localizada na região da Catalunha, que já estava sob o controle dos anarquistas. Ele relata que pela “primeira vez na vida me encontrava em uma cidade onde a classe trabalhadora estava no comando” (ORWELL, 2006: 28) e uma das formas nas quais a autogestão dos trabalhadores se expressava era através da supressão das formas de tratamento nominais servis ou até mesmo de cortesia. Assim, “ninguém dizia ‘*señor*’ ou ‘*don*’ ou mesmo ‘*usted*’¹;

todo mundo chamava todo mundo de ‘*camarada*’ e ‘*tu*’ e dizia ‘*salud*’ ao invés de ‘*buenos días*’” (ORWELL, 2006:29). Ninguém é senhor.

Assim, o título deste trabalho é a síntese de uma ideia-força que moveu e ainda move pessoas em projetos coletivos de luta pela construção de outra sociedade. Sim, é possível argumentar que tal síntese não consegue apreender toda a complexidade e diversidade do ideal anarquista que mobilizou, literalmente, milhões de pessoas em prol de um projeto de sociedade baseado na abolição do Estado, da propriedade privada, das classes sociais e na instituição da autogestão política, econômica e cultural da vida pelos próprios trabalhadores. “Ninguém é senhor, somos todos tu” exprime uma ideia na qual as relações de opressão e dominação são abolidas e a separação entre dominantes e dominados não existe mais. Exprime a ideia de horizontalidade das relações de poder, do caráter igualitário no plano dos direitos e oportunidades, ao mesmo tempo em que a diferença e a singularidade são respeitadas. Igualdade que pressupõe as mesmas condições de desenvolvimento cultural e intelectual,

¹ *Usted*, em espanhol, é um tratamento formal feito na segunda pessoa do singular.

acesso aos bens e serviços indispensáveis à vida, apropriação justa da riqueza socialmente produzida, controle dos meios de produção, circulação e consumo, participação efetiva nos processos de tomada de decisão, ou seja, participação e inserção ativa na dinâmica e órgãos políticos. Enfim, esse era o espírito que animou a revolução anarquista durante a Guerra Civil Espanhola.

Evidentemente não há como imaginar que todo o processo revolucionário foi marcado por tamanha solidariedade, horizontalidade e autonomia. Seria ingênuo acreditar que se produziu um paraíso libertário na Espanha durante a experiência anarquista ou que todas as contradições, conflitos e opressões tenham sido completamente abolidos. Temos clareza disso. Não se trata de idealizar um processo e seus protagonistas. No entanto, não podemos ignorar que existia, certamente, uma ideia que se expressou concretamente em práticas, que era norteada pela convicção de não deveriam existir mais senhores. E essa ideia, por mais que não tenha sido generalizada, foi a responsável por uma das experiências revolucionárias mais ricas da história das lutas dos trabalhadores contra o capitalismo.

Isso nos leva a outro ponto fundamental: qual a relevância de se pensar, lembrar e debater a experiência anarquista durante a Guerra Civil Espanhola? Qualquer trabalho que recupera uma experiência histórica deve ter como preocupação central realizar uma análise crítica do processo ou fenômeno para que possamos, efetivamente, aprender com ele. E o que significa aprender com a experiência? Significa identificar as potencialidades, as conquistas, os ganhos, assim como as fraquezas, limites e contradições de uma determinada ação. O que deu certo e o que não deu certo em determinado

Revista Território Autônomo | n° 3 | Primavera de 2016

processo de luta? Por quê? Em que condições concretas (objetivas e subjetivas) se desenvolveram determinadas ações? Quais as margens de manobra existentes, qual acúmulo de forças, qual a força da mobilização, qual o grau de consistência das organizações? Enfim, uma série de questões que podem servir como fonte de inspiração e aprendizado para as lutas no presente. Nesse sentido, portanto, destacamos dois pontos centrais: 1. Tirar lições para aprendermos com os erros e acertos, nos planos estratégico e tático, avaliar os limites e as possibilidades de determinada luta em certa conjuntura; 2. Demonstrar, empiricamente, a capacidade real e efetiva dos trabalhadores em serem os protagonistas de suas próprias vidas, explicitar as plenas condições técnicas, políticas, culturais e econômicas dos trabalhadores em assumir o controle político e econômico da sociedade de forma autônoma, ou seja, combater o discurso de que os trabalhadores, por eles mesmos, não possuem as condições de realizar a autogestão da sociedade.

Em ambos os casos, não se trata, absolutamente, em estabelecer um modelo de luta ou de sociedade. Elas são produzidas durante o próprio processo e não em um livro, artigo ou manifesto, por mais que tais meios possam contribuir para os processos sociais concretos. Portanto, não se trata de ir ao passado para se buscar um modelo de luta e de sociedade, mas buscarmos elementos que possam servir de balizamento, inspiração, norteadores da ação, elementos que nos permitam pensar e agir melhor a partir das nossas próprias condições objetivas e subjetivas, ainda que submetidos a fatores estruturais comuns. Trata-se,

portanto, de aprender com o passado para agir no presente visando à construção de um futuro.

O processo que analisamos neste trabalho foi uma experiência revolucionária baseada nos ideais do anarquismo e engendrada pelos trabalhadores espanhóis, no campo e na cidade, organizados principalmente na Confederação Nacional do Trabalho (CNT), o maior sindicato espanhol e predominantemente anarquista, e na Federação Anarquista Ibérica (FAI), uma organização autônoma de caráter revolucionário, tal qual a CNT. Essas duas organizações foram as principais forças através dos quais os trabalhadores instituíram novas formas de organização política e econômica em parte do território espanhol. Daí o caráter revolucionário da experiência: os trabalhadores foram capazes, efetivamente, de alterar estruturalmente as relações de poder e a organização territorial da sociedade espanhola, ainda que em um espaço limitado e em período de tempo relativamente curto. No entanto, dentro dos limites impostos pela guerra civil, os trabalhadores foram capazes de operar profundas e significativas transformações na organização sócio-espacial da Espanha, o que não é desprezível dentro das terríveis condições impostas pelo conflito. Assim, mesmo que a revolução não tenha se disseminado por todo o território e tenha sido derrotada antes mesmo do fim da guerra, podemos destacar alguns elementos centrais da experiência nos locais onde ela foi mais radicalizada: 1. Abolição da propriedade privada; 2. Abolição ou redução do aparelho de Estado; 3. Implementação de formas de autogestão política e econômica; 4. Instituição de práticas de autoplanejamento e autogestão do

território; 5. Redução das desigualdades salariais; 6. Coletivização dos meios de produção.

Vejamos como se desenvolveu, histórica e geograficamente, o processo que levou à experiência revolucionária.

2. Estrutura e conjuntura: os conflitos que deflagraram a Guerra Civil

Não se trata, absolutamente, em fazer uma síntese da história espanhola para explicar as causas e os processos que levaram ao confronto que durou de 1936 a 1939. Trata-se, apenas, de identificar alguns elementos estruturais e processos conjunturais que nos permitem apreender com maior clareza o significado da experiência anarquista, bem como analisar o quadro mais amplo em que ela se desenvolveu, permitindo uma análise mais cuidadosa, evitando a idealização do processo, bem como sua desqualificação em função da derrota. Portanto, apresentamos tais elementos para que o leitor possa avaliar, através de nossa análise, as reais margens de manobra existentes naquele momento e, a partir daí, avaliar as conquistas, os limites, as possibilidades e os erros dos protagonistas. É preciso evitar o anacronismo e, com isso, não transformar a análise crítica em julgamento moral ou político.

A Espanha da década de 30 é herdeira do Antigo Regime². Até 1931 é uma monarquia

² A diâmica hegemônica que caracteriza a Espanha da década de 1930 foi instituída com a Constituição de 1876, que marcou o retorno dos Bourbons ao trono espanhol e o início de uma monarquia parlamentar cujo objetivo fundamental era permitir que as diferentes classes dominantes pudessem se perpetuar no controle do aparelho de Estado através de um sistema de rodízio, relativamente pacífico, para superar os conflitos internos e dotar a Espanha de uma relativa estabilidade política.

parlamentar sustentada política, econômica e culturalmente pelos grandes proprietários de terra, pela reduzida burguesia industrial dos setores têxtil e minerador, pelas forças armadas, com evidente hegemonia do Exército e pela Igreja. Estas são as classes que exercem a hegemonia na sociedade espanhola, caracterizada pelo predomínio de uma estrutura agrário-exportadora concentrada³, um forte conservadorismo cultural, em função da influência da Igreja Católica⁴, protegidas por um Exército autoritário e inchado, que deveria proteger a Espanha de seus inimigos externos e internos⁵. Com exceção da grande burguesia industrial, classe que se constitui apenas no final do século XIX, a Coroa, a Igreja e o Exército são elementos estruturais cuja temporalidade remete à longa duração, como nos

³ Aproximadamente 40% da população reside no campo e 70% da mão de obra está empregada no setor primário, onde 1,8% das propriedades ocupava um total de 56,5% das terras (RODRIGUES, 2011).

⁴ A Igreja Católica era a guardiã dos valores e tradições que sustentavam a subjetividade hegemônica. Ela era responsável por forjar a mentalidade e a “alma” da Espanha, conduzir os súditos a uma vida pautada pelos dogmas e ensinamentos católicos, o que fazia desta instituição um dos maiores, senão o principal, obstáculo aos processos de modernização econômica e cultural na Espanha. A Igreja defendia de forma ferrenha tradições e valores medievais, o que impedia o florescimento de novas formas de ser e estar no mundo, o surgimento de novas perspectivas e formas de estabelecer relações sociais. A Igreja Católica conseguiu se apropriar de uma densa rede de poder responsável pela produção e reprodução de sua subjetividade hegemônica: ela era a responsável pela educação das crianças e jovens, administrava orfanatos, instituições de caridade e hospitais, além de regular e disciplinar a vida privada das famílias através das paróquias.

⁵ A Lei de Constituição do Exército de 29 de novembro de 1878 (SALVADÓ, 2008:26), determinava que em momentos de “agitação social” suspendia-se automaticamente a Constituição e decretava-se lei marcial, atribuindo ao Exército o controle sobre a ordem pública. Em outras palavras, a Constituição permitia a suspensão temporária das leis civis para a instauração da lei marcial e passava para o Exército a função de manter a lei e a ordem através da força e da violência.

ensina Fernand Braudel. Tais elementos existem há séculos, são caracterizados por dinâmicas duradouras, apresentam estabilidade e passam por mudanças muito graduais que são sentidas somente após um longo período de tempo. Tais aspectos lhe conferem longevidade. Existem, certamente, os momentos de transformação, mas que não são capazes de alterar o cerne da estrutura, mas de promover alterações na forma como a estrutura se apresenta: são as conjunturas, que em determinados momentos podem engendrar processos de transformações estruturais, caracterizando pontos de ruptura, processos revolucionários.

Enquanto isso, a classe média e a pequena burguesia estão divididas em dois grupos predominantes: o primeiro, que demanda transformações nas estruturas políticas, econômicas e culturais através de um processo de modernização da sociedade, que significa, efetivamente, o desenvolvimento do capitalismo espanhol; o segundo, que está fortemente ligado às estruturas seculares do Antigo Regime e defendem a manutenção da ordem hegemônica tal qual se encontra naquele momento.

Essas são as forças sociais contra as quais a classe trabalhadora espanhola luta ao longo do tempo. O quadro socioeconômico, político e cultural rapidamente sintetizados acima tem como uma de suas principais características a forte exploração do trabalho a qual está submetido o camponês ou o operário. A exploração do trabalho é, evidentemente, acompanhada por uma série de mecanismos de controle e dominação que variam desde a moral religiosa até a utilização das forças armadas para conter as ações dos trabalhadores. De

qualquer forma, não seria exagero afirmar que parcela significativa da classe trabalhadora se encontrava em condições extremamente precárias de existência, tanto no plano econômico quanto no político e cultural.

As contradições e conflitos gerados por tais elementos estruturais que constituem a sociedade espanhola ganham dinâmicas específicas dependendo das conjunturas. A partir de 1931 teremos transformações significativas na organização política, que serão marcadas pelo declínio político e econômico da Coroa, culminando no fim da monarquia parlamentarista.

O início da derrocada da Coroa espanhola começa no ano de 1909, no episódio conhecido como Semana Trágica. Neste ano, o exército espanhol sofreu uma humilhante derrota na sua guerra colonial no Marrocos e para suprir a necessidade de novos soldados, iniciou o processo de convocação de reservistas. No entanto, a convocação ficou praticamente restrita à Catalunha, gesto que foi interpretado como uma provocação e uma tentativa de esmorecer o movimento dos trabalhadores, afinal, estavam sendo convocados para lutar por um Estado do qual queriam autonomia e para proteger interesses de classes das quais queriam se emancipar. Anarquistas, comunistas, socialistas e suas respectivas organizações concordam em realizar ações conjuntas e declaram uma greve geral nacional contra a convocação. Durante a chamada “Semana Trágica”, o governo conseguiu reprimir violentamente a greve em praticamente toda a Espanha, menos na Catalunha e, particularmente, em Barcelona. Imediatamente o confronto tomou as ruas da cidade de forma bastante violenta: barricadas foram erguidas, igrejas saqueadas e

Revista Território Autônomo | n° 3 | Primavera de 2016

incendiadas, prisões e assassinatos arbitrários. Os conflitos duraram aproximadamente 5 dias e terminaram com o massacre do movimento.

O episódio da Semana Trágica serviu para incutir nas elites dominantes e nas classes médias o temor da ação dos trabalhadores e colocou em xeque a capacidade da Coroa em garantir a manutenção da ordem hegemônica. O perigo da revolução tornava-se real. Assim, esse episódio serviu para criar uma tensão dentro do bloco dominante, opondo a monarquia às demais classes dominantes. Esse conflito vai minando o regime em função das inúmeras crises institucionais, até que em 1923, o General Miguel Primo de Rivera, Capitão-Geral de Barcelona realiza um *pronuncimiento* (golpe de Estado) e se intitula ditador, com apoio do rei Alfonso XIII⁶. Rivera ocupa o posto de ditador até 1930, ano em que é pressionado pelo rei a abdicar de seu posto em função do esgotamento do seu projeto político e falta de apoio das demais classes dominantes.

Enquanto isso, a conflitividade social na Espanha aumentava exponencialmente, com inúmeros episódios de greves, insurreições, conflitos armados, assassinatos, repressão violenta aos trabalhadores, etc⁷. Ao mesmo tempo, um

⁶ O rei Alfonso XIII percebe na ditadura do general Rivera uma possibilidade de trazer estabilidade política à Espanha e, dessa forma, preservar a monarquia, uma vez que o plano inicial era restabelecer a Coroa. Porém, é preciso sublinhar que é possível saber como os golpes começam, mas nunca como terminam.

⁷ Especialmente em 1917 tem início um período de tensões e conflitos que se estende até 1923. Inúmeras greves, revoltas e confrontos (nas cidades e no campo) eclodem nesse período e assumem um caráter revolucionário, pois colocam claramente o desejo da transformação das estruturas e relações de poder que constituem a sociedade espanhola. O marco inicial foi a greve geral de 13 de agosto promovida pelo sindicato socialista a União Geral dos Trabalhadores (UGT), que

campo de centro-esquerda constituído por socialistas, liberais e republicanos consegue se mobilizar e aglutinar forças para propor e implementar um projeto de modernização política e econômica na Espanha. Esse campo ficou conhecido como Republicano.

A consolidação deste campo político tornava impossível a volta do antigo regime oligárquico por conta da constituição de um novo bloco de poder que demandava a modernização política, econômica e cultural da Espanha, o que era incompatível com a existência da Coroa e de um sistema político viciado

e corrupto legitimado pelo conservadorismo da Igreja Católica.

Nessa conjuntura, para tentar dar continuidade ao regime oligárquico, o rei tenta uma manobra para reconstituir suas bases políticas e, ao mesmo tempo, garantir a legitimidade do regime. Dessa forma, o governo organiza eleições municipais para o dia 12 de abril de 1931. A coligação republicano-socialista vence em 38 das 52 capitais de províncias (HUERTA e PUELL, 2007:22), o que dá a vitória a esse campo político⁸, provocando a queda da monarquia parlamentar espanhola:

atingiu Madri, Barcelona, Bilbao, Zaragoza, Oviedo e as regiões industriais da Astúrias e cidades da Andaluzia. A greve foi violentamente reprimida com a presença de tropas e oficiais africanistas, incluindo o jovem major Francisco Franco. O saldo da repressão foram 72 mortos, 156 feridos e aproximadamente dois mil presos (BEEVOR, 2007:54). O período de 1918 a 1920 ficou conhecido como o “triênio bolchevique” (THOMAS, 1964; PRESTON, 2005; BEEVOR, 2007, SALVADÓ, 2008), marcado por intensa conflitividade, grandes greves, conflitos, assassinatos, prisões, tortura, etc. O adjetivo “bolchevique” era utilizado para generalizar as ações dos trabalhadores e vincular a imagem do perigo vermelho da revolução socialista. No entanto, a radicalização foi muito maior por parte dos anarquistas do que da UGT ou do PSOE, teoricamente mais alinhados com o bolchevismo. O “triênio bolchevique” foi um período onde os conflitos se intensificaram e a luta de classes dividia a sociedade espanhola: de um lado o bloco hegemônico (burguesia industrial e financeira, grandes proprietários rurais, a Igreja, as forças armadas e a Coroa) e de outro lado operários, trabalhadores urbanos, desempregados e camponeses. As ações das classes populares tinham caráter revolucionário, almejavam claramente a queda do regime e, por isso, foi capaz de contribuir para um realinhamento das forças hegemônicas que deixaram de lado, temporariamente, suas diferenças para se unirem contra o perigo revolucionário. O triênio bolchevique encarnava todos os medos e temores das elites: o povo querendo participar da política e usufruir a riqueza social. Apesar das forças hegemônicas conseguirem conter as ações populares graças ao uso da força militar e de uma problemática coordenação de ações revolucionárias entre anarquistas e socialistas, ficou claro que o regime estava em perigo e a sociedade espanhola fortemente dividida.

Durante as cruciais 24 horas seguintes, o regime simplesmente entrou em colapso. Ao contrário do que acontecera tantas vezes no passado, não havia qualquer tentativa de apresentar a maioria geral fabricada como prova da vitória. Perplexos, os monarquistas admitiram a derrota e desertaram em massa. Enquanto multidões jubilosas celebravam a proclamação da Segunda República da Espanha, nas ruas das principais, Afonso XIII identificado como o maior obstáculo à modernidade, fugiu do país, abandonado por seus políticos e por um Exército relutante em intervir, como acontecera em 1923 (SALVADÓ, 2008:52).

A vitória da coligação de centro-esquerda e o exílio do rei marcam o fim da monarquia parlamentarista e a proclamação da 2^a República

⁸ Após o resultado das eleições, o rei Afonso XIII é aconselhado a sair imediatamente de Madri para evitar uma provável guerra civil caso insistisse em manter a Coroa. Em nota afirma que “as eleições do último domingo mostraram-me que deixei de gozar do amor do meu povo. Poderia muito facilmente dispor de meios para sustentar meu poder real contra todos os ádvenas, mas estou resolvido a nada fazer que coloque um dos meus compatriotas contra outro numa guerra civil fratricida. Assim e até que a Nação se pronuncie, suspenderei deliberadamente o uso de minhas reais prerrogativas” (apud THOMAS, 1964:33).

Espanhola. Após a proclamação, é composto um governo provisório cujos objetivos fundamentais são os de garantir a manutenção da ordem, debelar conflitos, insurreições, garantir o funcionamento das atividades econômicas e serviços públicos, organizar o processo constituinte do novo regime.

O governo provisório era composto pela aliança vencedora das eleições municipais daquele mesmo ano e aglutinava as principais forças reformistas do país: os partidos republicanos e os socialistas do PSOE. Nesse sentido, o novo grupo político que ocupava o aparelho de Estado estava constituído por forças de centro-esquerda moderadas, reformistas e distantes de qualquer aspiração revolucionária radical, cuja base social era constituída de uma parcela dos setores médios (base republicana) e parte da classe trabalhadora (aglutinada no PSOE e na segunda maior central sindical do país, a União Geral dos Trabalhadores -UGT-). Os partidos republicanos tinham aspirações claramente burguesas, não estavam interessados em questionar a existência do Estado ou da propriedade privada, mas de implementar reformas que pudessem levar a uma modernização política, econômica e cultural que permitisse consolidar uma revolução burguesa na Espanha, o que significava a instituição de uma democracia representativa livre das oligarquias rurais, dos riscos dos golpes de estado promovidos pelo Exército, do obscurantismo da Igreja Católica e da subordinação à monarquia. Os socialistas, por outro lado, tinham aspirações mais progressistas e buscavam, em curto prazo, implementar reformas que pudessem melhorar de forma significativa as condições de vida da classe trabalhadora, o que significava alterar a distribuição da riqueza, realizar da reforma agrária, implementar

Revista Território Autônomo | n° 3 | Primavera de 2016

leis trabalhistas com ampliação dos direitos, melhoria no acesso a bens e serviços básicos (saúde, educação, transporte, moradia, etc.) e, em longo prazo e pela via eleitoral, instituir uma república socialista na Espanha.

O governo provisório inicia os trabalhos e em junho de 1931 são convocadas eleições gerais para a formação das Cortes, órgão responsável pela formulação da nova constituição. A legislação eleitoral espanhola tinha como objetivo evitar a fragmentação parlamentar e permitir a constituição de governos fortes, com ampla maioria no legislativo. Nesse sentido, a votação era realizada em dois turnos e o partido que recebia a maioria dos votos em cada província ocupava 80% das cadeiras e os demais ocupavam os 20% restantes. Esse sistema fazia com que uma pequena diferença de votos representasse uma grande diferença na composição do parlamento, o que incentivou a constituição de coligações, afinal, quanto maior o número de candidatos de uma coligação, maiores as chances da sua vitória, que mesmo por uma pequena diferença, implicaria em uma maioria absoluta no número de cadeiras (SALVADÓ, 2008:73). A coligação republicano-socialista sai vitoriosa.

O primeiro governo republicano (1931-1933) é composto por uma coligação de partidos burgueses e liberais com o PSOE, com o apoio da UGT. Nesse primeiro governo, a coligação tinha o objetivo claro de realizar reformas nas estruturas políticas, econômicas e culturais da Espanha visando à modernização societária com a disseminação e ampliação do capitalismo, o fortalecimento de uma democracia representativa burguesa e a melhoria das condições de vida da classe trabalhadora dentro desses marcos

estabelecidos. Diversas reformas foram implementadas⁹, o que afetava diretamente a hegemonia dos grupos e classes dominantes. Em 1933, republicanos e socialistas desfazem a coligação e perdem as eleições daquele ano¹⁰, dando lugar a um governo francamente reacionário, que desfaz todas as reformas realizadas até então, fazendo a Espanha voltar no tempo, para antes de 1931. Em 1936 são realizadas outras eleições, nas quais ocorre a vitória da Frente Popular¹¹, que tem

⁹ Reforma agrária, melhorias salariais, legislação trabalhista, ampliação da educação pública oferecida pelo Estado, proibição das ordens religiosas, cobrança de impostas da Igreja, tentativa de modernização e profissionalização das forças armadas.

¹⁰ Durante o primeiro governo, a coligação entre republicanos de centro-esquerda e socialistas passa por um processo de enfraquecimento e desestabilização. Os setores republicanos respondiam com violência às manifestações e reivindicações populares, o que colocava o PSOE em uma situação delicada e ambígua: ao mesmo tempo em que defendia a necessidade de reformas que melhorassem a vida dos trabalhadores, fazia parte de um governo que reprimia violentamente o movimento operário. Além disso, as reformas realizadas pela coligação não estavam sendo feitas nem na velocidade, nem na intensidade desejada pelos trabalhadores. Tal situação aumentava a pressão sobre os socialistas. Na ocasião das eleições de 1933, a coligação estava fragmentada e sem articulação. O PSOE passava por conflitos internos: existiam dois campos políticos principais, um que defendia a manutenção da coligação e outro que exigia o fim da aliança com os republicanos. Este último campo saiu vitorioso, fazendo com que o PSOE participasse sozinho das eleições (BROUÉ, 1992; SALVADÓ, 2008).

¹¹ Para evitar a vitória do campo conservador, diversos partidos e organizações de centro-esquerda e de esquerda estabelecem uma ampla aliança política para disputar as eleições gerais de 1936 e retomar o projeto de reformas e de modernização, dando origem à Frente Popular. Na realidade, a Frente Popular é a retomada e a ampliação da coligação republicano-socialista com a participação de outros partidos de esquerda, como o *Partido Obrero de Unificación Marxista* (POUM), o *Partido Comunista Español* (PCE). Os anarquistas não participaram da Frente Popular. É importante salientar, que a constituição de amplas coligações políticas desse tipo, que conseguiam articular partidos burgueses e operários, era uma estratégia da política externa soviética, conduzida por Stalin, que tinha como objetivo ajudar a consolidar democracias burguesas como forma de combater o

Revista Território Autônomo | n° 3 | Primavera de 2016

como objetivo retomar as reformas modernizadoras. No meio dessa disputa, os trabalhadores esperavam ansiosos por mudanças rápidas e profundas, que não vieram. As reformas eram tímidas e demoradas para satisfazer os desejos e anseios da classe trabalhadora. Nesse período, entre 1931 e 1936, foram inúmeras greves, manifestações e insurreições; diversas com caráter revolucionário (como no caso das Astúrias, em 1934, onde os mineiros socialistas, aliados a comunistas e anarquistas implementaram um *soviet*). A maioria das ações, greves e insurreições foram realizadas pelas organizações anarquistas. Todo o período foi marcado por violentos conflitos no parlamento e fora dele: assassinatos, ameaças, sequestros, prisões, incêndios, formação de milícias, ação de pistoleiros, brigas, confrontos de rua, etc. A sociedade espanhola estava radicalmente polarizada e dividida, o grau de conflitividade social era muito elevado: de um lado, trabalhadores demandavam rapidez e radicalidade nas transformações de suas vidas; de outro, as elites tradicionais não estavam dispostas a conceder nenhum tipo de benefício ou perder um mínimo de sua capacidade de exercício do poder; no meio disso, republicanos e socialistas eram alvos dos demais grupos porque empreendiam reformas lentas, graduais e limitadas. Para aumentar ainda mais a conflitividade, todos os governos, tanto a coligação republicano-socialista, como o governo conservador-reacionário, tratavam os trabalhadores com o *mesmo* grau de violência.

avanço do fascismo e, ao mesmo tempo, fomentar o fortalecimento do movimento comunista, abrindo possibilidades para a conquista e apropriação de parcelas ou da totalidade do aparelho de Estado pela via democrática. (PAYNE, 1976; VILAR, 1989; BROUÉ, 1992; BEEVOR, 2007; SALVADÓ, 2008).

O episódio que finalmente deu início à guerra civil foi o assassinato de Calvo Sotelo, importante líder da direita espanhola e deputado das Cortes, no dia 12 de julho de 1936. Poucos dias depois, os generais decidiram que era hora de agir e restaurar a Espanha Tradicional: no dia 18 de julho os militares iniciam o levante com o objetivo de destruir a República.

3. A revolução anarquista durante a guerra

A Guerra Civil começa, efetivamente, no dia 18 de julho. No entanto, os planos do levante foram descobertos oficialmente no dia 17. Tal descoberta apenas formalizava algo que já era de conhecimento público para toda a sociedade espanhola há alguns meses: existia um golpe sendo articulado pelas classes dominantes e que seria executado pelas forças armadas sob o comando do Exército na figura de seus principais generais. O plano inicial previa uma derrota rápida sobre a República: na pior das hipóteses, um conflito que duraria dez dias. Jamais três anos. Duas variáveis importantes foram negligenciadas pelos nacionalistas: a lealdade de quase metade das forças armadas ao governo republicano, o que garantiu à Frente Popular poderio militar para resistir ao levante e a capacidade de mobilização, luta e resistência da classe trabalhadora, que, em um primeiro momento, foi mais importante do que ação das forças armadas leais para evitar a consumação do golpe de Estado. Portanto, foi graças à ação da classe trabalhadora que o levante nacionalista fracassou em metade do território espanhol.

As 48 horas iniciais foram decisivas para o confronto e demonstraram que nenhum dos lados

Revista Território Autônomo | n° 3 | Primavera de 2016

tinha forças suficientes para aniquilar seu adversário. Cada lado teve seus aspectos positivos e negativos que determinaram a dinâmica do conflito. O campo republicano contou com a lealdade da maior parte dos oficiais mais jovens (tenentes, capitães e majores) e com o maior contingente da Guarda de Assalto e, em alguns casos com a Guarda Civil, caso contrário a derrubada do regime seria inevitável. Por outro lado, a relutância do presidente Casares Quiroga em armar a população foi decisiva para impedir a vitória da República. Os nacionalistas contavam com o prestígio de seus líderes junto às tropas e com uma grande quantidade de coronéis e generais, o que facilitou a mobilização das tropas e foram beneficiados pela relutância do governo republicano em agir de forma mais decidida. A vitória de cada campo dependia do arranjo de todos esses fatores: capacidade de mobilização, determinação, coragem e equipamentos (armas e munições). Em cada local um deles poderia prevalecer sobre o outro, não havia uma regra a seguir: em determinados momentos, uma multidão desarmada conseguia sobrepujar uma guarnição armada, porém temerosa de agir. De forma geral, as coisas ocorreram da seguinte forma:

Quando o levante tinha sucesso numa cidade, o padrão dos fatos era começar a tomada de prédios estratégicos, como a prefeitura. Se não havia guarnição militar, as forças rebeldes constituíam-se de guardas civis, falangistas e partidários de direita armados com carabinas e espingardas de caça. Declaravam o estado de sítio em termos oficiais, e em vários lugares moradores confusos acharam que estavam executando ordens do governo de Madri.

A reação da CNT e da UGT era ordenar a greve geral e solicitar armas ao governador civil. As armas eram recusadas ou impossíveis de obter. Rapidamente se construía barricadas, mas os

trabalhadores que resistiam aos rebeldes eram massacrados e os potenciais adversários que sobreviviam, do governador civil ao mais subalterno funcionário sindical, eram executados. Já se os soldados hesitassem ou demorassem para sair do quartel os trabalhadores estivessem preparados, o resultado costumava ser bem diferente. Um ataque imediato ou cerco do quartel era o bastante para garantir a rendição dos rebeldes. (BEEVOR, 2007:107).

Após as primeiras 72 horas a Espanha ficou dividida em dois territórios antagônicos, conforme o mapa abaixo¹²:

e, em determinados lugares, na deterioração do aparelho de Estado em todos os níveis e setores. A incapacidade e a indecisão dos líderes republicanos para lidar com a crise política não ficou restrita apenas ao campo militar, mas foi disseminada por todos os órgãos institucionais da República, configurando um rápido processo de decomposição das estruturas políticas, jurídicas e administrativas do Estado, onde “[a] tradicional máquina do Estado foi suprimida pela onda revolucionária que se seguiu à derrota da rebelião em grandes partes do



Figura 1: Os territórios em conflito em julho de 1936
Fonte: Salvadó, 2008, p. 18

A hesitação do governo republicano para debelar o levante se transformou em paralisia após o golpe. Tal paralisia significou, na prática, a desorganização

país” (SALVADÓ, 2008:145). Entre o processo de decomposição e recomposição do Estado republicano (o que levou aproximadamente entre 10 e doze meses), os trabalhadores espanhóis vão engendrar a produção de um outro modo de existência.

¹² É possível observar que a República ficou com as principais cidades espanholas (Madrid e Barcelona) e a maior parte da produção agrícola voltada para exportação (regiões da Andaluzia, ao sul e Ciudad Real, no centro). Nesse sentido, em um primeiro momento, a República detinha uma vantagem econômica e militar sobre os Nacionalistas.

Este complexo processo deu origem a situações muito heterogêneas: em um extremo, o aparelho de

Estado entrou em colapso completo e foi abolido; em outro, ele permaneceu intacto e manteve sua capacidade de exercício de poder. Entre os extremos, uma gama bem diversificada de situações. No entanto, é possível identificar certa tendência no que se refere à escala desses processos: o colapso ou enfraquecimento do Estado foi maior nas pequenas e médias cidades, atingindo até mesmo comarcas e províncias, ou seja, a desestruturação atingiu principalmente instituições locais, comarcais e provinciais. Enquanto isso, as instituições estatais nacionais conseguiram manter suas estruturas mais preservadas. No que se refere às regiões, as situações também variaram: na Catalunha o governo regional, a *Generalitat*, foi substituída por órgãos autônomos dos trabalhadores e só recuperou sua hegemonia ao longo da guerra; algo semelhante ocorreu na região de Aragão; porém a Andaluzia e o Levante não passaram por tal processo com a mesma intensidade. Destacamos três situações predominantes: 1. a recomposição do Estado foi mais rápida, o que resultou no fim da hegemonia dos trabalhadores; 2. existia uma colaboração entre trabalhadores e o aparelho de Estado; 3. completa hegemonia dos trabalhadores e colapso do aparelho estatal.

Dentro do conjunto de experiências nos quais o aparelho de Estado teve sua capacidade de ação reduzida ou entrou em colapso, as situações também eram bem diversificadas, principalmente no que se refere ao grau de radicalidade da ação dos trabalhadores: geralmente, onde predominavam apenas os socialistas, como no caso como no caso de Madri, País Basco e partes da Extremadura, a grau de radicalidade da experiência foi menor; enquanto isso, onde predominava a hegemonia

Revista Território Autônomo | n° 3 | Primavera de 2016

libertária ou ocorria a articulação entre anarquistas e socialistas (o que ocorreu em diversos lugares, longe de ser algo excepcional), o grau de radicalidade era maior.

O levante nacionalista precipitou o processo que buscava impedir: a ação revolucionária dos trabalhadores. Após impedir o levante nacionalista, organizações da classe trabalhadora, principalmente a CNT e a FAI, iniciam um processo de luta revolucionária contra o fascismo, buscando implementar um novo modo de existência baseado nas ideias libertárias, o que significa lutar também contra a república burguesa que até então não foi capaz de transformar de forma significativa as estruturas de poder e o modo de vida da classe trabalhadora.

O processo revolucionário que se desenvolveu na Espanha foi heterogêneo nas práticas vivenciadas pelos trabalhadores, no entanto, foi norteado pelo espírito e pelas ideias libertárias formuladas e consolidadas desde a segunda metade do século XIX até o IV Congresso da CNT em maio de 1936. Assim, o que se apresentava como heterogêneo eram as diversas formas criadas para se chegar aos mesmos fins e tais formas ainda apresentavam uma coerência e uma similaridade entre si, afinal o meio de se atingir um determinado fim nos diz tanto quanto o próprio objetivo final. Nesse sentido, o processo revolucionário estava ancorado nas seguintes ideias: abolição da propriedade privada e do Estado; coletivização dos meios de produção; autogestão política e econômica da sociedade; distribuição justa da riqueza socialmente produzida; horizontalidade das relações de poder. Estas foram as ideias principais que se encarnaram em práticas concretas através das quais

os trabalhadores organizaram seu modo de vida e, conseqüentemente, expressaram uma nova territorialidade. Portanto, esse protagonismo que surge neste contexto de desestruturação das instituições hegemônicas e heterônomas não é obra do acaso, não é simples espontaneísmo, mas é produto de um longo processo de mobilização, aprendizado e luta coletiva da classe trabalhadora. Esse ponto deve ficar muito claro.

É possível afirmar que existe um relativo consenso em relação ao caráter revolucionário da experiência libertária na Espanha durante a guerra civil. Com exceção da historiografia franquista, não encontramos autores que tenham negado o caráter revolucionário em si, mas sim debatido sobre a profundidade, as possibilidades e os limites desse processo, como podemos observar em THOMAS (1964), LEVAL (1972), SANTILLÁN (1980), BERNECKER (1983), VILAR (1985), AMSDEN (1989), BREITBART (1989a e 1989b), BROUÉ (1992), BOLLOTEN (1998), ORWELL (2006), MINTZ (2006), MENDEZ e VALLOTA (2006), BEEVOR (2007), SALVADÓ (2008), GARCÍA (s/d), GUÉRIN (s/d), SEWELL (s/d).

O processo revolucionário ganhou corpo e consistência a partir dos seguintes processos: 1. a instituição de formas descentralizadas e autônomas de exercício do poder; 2. a coletivização dos meios de produção e expropriação da propriedade privada. Salientamos, mais uma vez, que estes processos não foram disseminados por todo o território republicano, que ficou caracterizado por uma multiplicidade de situações distintas em relação à manutenção do aparelho de Estado, da propriedade privada e das relações de poder. Assim, quando nos referirmos a estes processos, estamos

Revista Território Autônomo | n° 3 | Primavera de 2016

circunscrevendo os territórios libertários nos quais o processo revolucionário se desenvolveu, principalmente nas regiões da Catalunha, Andaluzia, Levante e Aragão.

Vamos analisar tais processos através das práticas concretas dos trabalhadores, o que vai nos permitir identificar as potencialidades, as contradições, as conquistas e os limites desta experiência. Para organizar melhor o texto, o primeiro momento será dedicado à análise das práticas concretas e na última parte do texto faremos um breve balanço crítico.

3.1 A descentralização do exercício do poder: comitês, delegação e comunas

Em primeiro lugar, é importante deixar claro o que foi o colapso total ou parcial do aparelho de Estado e da estrutura produtiva. Tal processo foi caracterizado, fundamentalmente, pelo abandono das instituições, fábricas, estabelecimentos comerciais e terras por parte dos funcionários e proprietários que aderiram ao levante nacionalista, acarretando a paralisação imediata dos serviços públicos e das atividades econômicas.

O colapso (parcial ou completo) do Estado e da estrutura produtiva causou dois impactos diretos na vida dos trabalhadores. Em primeiro lugar, houve a desarticulação das relações de poder hegemônicas e heterônomas que caracterizavam a sociedade espanhola. Evidentemente que tal desarticulação variou de intensidade de acordo com o grau de desestruturação das forças dominantes. O fundamental é assinalar que as relações de poder, as estratégias de dominação, controle e opressão foram

enfraquecidas, reduzindo ou aniquilando a capacidade de ação das estruturas e instituições dominantes em todas as dimensões da sociedade: desestruturação da democracia representativa, superação das hierarquias políticas e institucionais, alteração dos limites políticos e administrativos do território, redução ou abolição da exploração do trabalho, etc. Em suma, a rede de poder heterônomo foi afrouxada e, na melhor das hipóteses, completamente desestruturada. Em segundo lugar, tal colapso impactou diretamente o cotidiano da classe trabalhadora em função da paralisação ou redução dos serviços públicos e das atividades econômicas. Todos os serviços foram impactados de alguma forma (emissão de documentos, controle de fronteiras e de alfândegas, coleta de lixo, segurança, fornecimento de energia e água, etc.) e a paralisação do trabalho causou um impacto inicial pela suspensão temporária do pagamento dos salários.

Em tais condições, os trabalhadores se viram diante da árdua tarefa de reorganizar o seu cotidiano, retomando todas as atividades paralisadas. Para isso, foram criadas diversas instituições que pudessem dar conta de todo tipo de tarefa e atividade necessária para a retomada da vida. Nesse sentido, desde a coleta de lixo, passando pela educação das crianças, atividades culturais, até a organização da produção, gestão de serviços públicos e elaboração de leis e normas, todas as atividades passaram a ser discutidas, organizadas e decididas em novos órgãos e instituições criados pela classe trabalhadora. A ideia fundamental que norteava tais órgãos era a autogestão política, econômica e cultural da sociedade pelos próprios trabalhadores. A partir desse norte, foram instituídas formas de exercício coletivo de poder que se

Revista Território Autônomo | n° 3 | Primavera de 2016

expressavam através das assembleias, do sistema de delegação e, por fim, da constituição de comitês de trabalhadores (também chamados de comitês populares ou revolucionários).

Baseados no princípio de autogestão, os espaços deliberativos dos trabalhadores eram as assembleias, que se constituíam em todos os espaços da vida (fábricas, campos, escolas, bairros, estabelecimentos comerciais, serviços públicos, etc.). A assembleia era o espaço de deliberação máximo do corpo político da coletividade, no qual as decisões eram tomadas a partir do livre debate e exposição de ideias. No entanto, seria ingenuidade imaginar que tal corpo político estava completamente imune às relações heterônomas ou que era capaz de eliminar as pressões e manipulações que poderiam ocorrer (e elas ocorriam, de fato), nem acabar com os conflitos, desentendimentos e desavenças. Portanto, devemos evitar qualquer idealização. Ainda assim, a assembleia era um espaço político vigoroso, no qual existia a possibilidade da participação direta e efetiva do indivíduo e da coletividade. Assim, depois que os debates ocorriam e as decisões eram tomadas era necessário colocá-las em prática. Aqui temos a utilização do sistema de delegação.

O delegado, teoricamente, assume basicamente duas funções: a de porta-voz e de coordenador de ações e atividades definidas pela coletividade em assembleias nas quais ele participa de corpo presente, onde é eleito. Enquanto porta-voz, ele deve levar para outros espaços de debate e deliberação aquilo que foi decidido pela coletividade da qual ele faz parte. Enquanto coordenador, o delegado tem a função de executar e coordenar as ações e tarefas que foram definidas na assembleia,

como, por exemplo, produzir um jornal, coordenar uma comissão técnica, organizar um curso de formação política, etc. O mandato de um delegado geralmente é de curta duração para evitar a cristalização de poder e a consequente constituição de hierarquias e relações heterônomas. Dependendo das necessidades e interesses da coletividade, esse mandato pode ter uma duração maior (quando o delegado é extremamente competente e único, ou quando existe o objetivo de dar mais experiência no desempenho da função). A coletividade exerce controle sobre as atividades do delegado através de um sistema no qual este deve prestar contas de suas ações e receber novas instruções periodicamente. Dessa forma a coletividade pode avaliar de forma mais eficaz seu trabalho e decidir sobre a recondução ou não do seu mandato.

Os delegados eleitos formavam os comitês, que eram os órgãos responsáveis pela execução e coordenação das atividades que foram definidas nas assembleias. Não eram órgãos deliberativos e sim executivos. A organização dos comitês significava o efetivo protagonismo dos trabalhadores na organização do seu cotidiano. Significava um importante ganho de autonomia que permitia um controle direto sobre as próprias vidas: o que queriam e deveriam fazer naquele contexto? Quais seus desejos, seus objetivos? Como concretizá-los? Como organizar o trabalho, dividir tarefas e definir prioridades? Quem deveria fazer o que e como? Como a riqueza seria produzida e distribuída? Quem cuidaria das crianças? Como os alimentos chegariam às pessoas? Como os salários seriam pagos? Como as ruas seriam limpas e iluminadas? Quem cuidaria dos serviços públicos? Enfim, uma gama gigantesca de questões deveriam ser

Revista Território Autônomo | n° 3 | Primavera de 2016

discutidas e respondidas concreta e imediatamente, afinal, a vida tinha que continuar e não havia muito tempo para hesitações.

Na maior parte dos lugares, os comitês eram criados e controlados pelas organizações dos trabalhadores (partidos ou sindicatos). No caso dos lugares onde a CNT-FAI era hegemônica, a dinâmica era muito semelhante. Primeiro os trabalhadores de cada atividade produtiva ou de prestação de serviços, organizados em seu próprio sindicato, apropriava-se da estrutura produtiva em si. Assim, trabalhadores que constituíam o sindicato do ramo de transportes se apropriavam dos bondes e trens, aqueles que trabalhavam nas repartições públicas implementavam um comitê para organizá-las, professores e pais organizavam as escolas, moradores criavam comitês de segurança e limpeza, hotéis e restaurantes eram transformados em restaurantes coletivos, os sindicatos organizavam comitês de distribuição de alimentos.

Podemos falar de uma rede de poder que se projeta sobre o território municipal/comunal onde cada comitê é um nó. A rede será mais densa e mais eficaz conforme maior e melhor é articulação entre os diferentes nós. Somente com uma coordenação adequada e eficiente a coletividade terá suas necessidades satisfeitas dentro das condições possíveis (em uma guerra civil, dificilmente as condições serão ideais). Tal articulação dependerá, fundamentalmente, da capacidade de organização e mobilização dos sindicatos locais ou do sindicato único, uma vez que são as organizações que orientaram todo o processo.

A descentralização do poder através da constituição dos comitês deu origem a novos recortes que reestruturaram a malha territorial pré-

existente baseada na lógica estatal. A divisão territorial administrativa, por exemplo, foi colocada em xeque e significativamente alterada, assim como determinadas configurações regionais definidas pelo Estado foram desfeitas e substituídas pela “região anarquista”, definida como “una área lo suficientemente extensa como para incluir una serie de intereses suficientes y lo bastante pequena como para mantener centrados los intereses y hacerlos objeto de la preocupación colectiva directa” (SENEX apud GARCÍA-RAMON, 1989:242).

Uma nova rede de relações de poder era constituída pela ação direta dos trabalhadores, o que colocava em xeque a organização hierárquica do Estado, uma vez que cada município ou comuna conseguiu adquirir um grau de autonomia política e, em menor escala econômica, que não era possível antes desta experiência. A autonomia política se constitui na medida em que um corpo político coletivo se constitui apesar ou na ausência do aparelho de Estado, o que implica o exercício compartilhado do poder, rompendo com a representação da democracia burguesa, ou, pelo menos, reduzindo significativamente sua influência. Além disso, o lugar passa a não responder ou ser completamente influenciado ou conduzido pelas relações de poder que se constituem em outras escalas, seja a regional ou nacional. Não estamos afirmando que o lugar simplesmente se torna imune a qualquer influência de outra escala e processos; simplesmente estamos afirmando que a margem de manobra para sua autodeterminação, sua autonomia se ampliou em relação à conjuntura política anterior. Nesse caso, é possível afirmar a descentralização (ainda que relativa) das relações de poder, o que

significa em uma nova configuração das relações de poder e, portanto, da territorialidade.

Así, en el verano de 1936, coexisten dos concepciones del poder en los municipios de la retaguardia republicana: el oficial, representado por las corporaciones presentes antes de la sublevación, y el ‘revolucionario’, encarnado por los comités. La coyuntura de la guerra, y la fuerza adquirida por las organizaciones obreras en su lucha contra la insurrección propiciaron que los poderes paralelos tuvieran un mayor peso en los municipios durante los meses iniciales de la contienda. Tal preeminencia era apoyada por los partidarios de llevar a cabo la revolución al mismo tiempo que se combatía al enemigo en los campos de batalla, especialmente desde las organizaciones libertarias. (MUÑOZ, 2004:118)

Uma das expressões territoriais da autogestão dos trabalhadores foi a comuna. A comuna é, antes de tudo, uma unidade territorial, o núcleo da vida coletiva cujos limites são dados pelas relações de poder instituídas pela própria coletividade. Nesse sentido, ela geralmente é organizada na escala local, podendo ser constituída por uma única comunidade (uma cidade, um *pueblo*) ou por um conjunto de comunidades distintas que julgam ter objetivos, vínculos, relações e identidades compartilhadas que lhes permitam constituir uma coletividade maior (um conjunto de *pueblos*, comunidades rurais ou distritos). É o espaço de referência identitária do cotidiano, apropriado simbólica e afetivamente pelas pessoas que o consideram *sua casa, seu chão, seu lugar no mundo*. É neste espaço onde as relações de amizade e parentesco se constituem e são vivenciadas nos encontros, nas festas, nos bares, nas refeições, nos matrimônios. É o espaço das brigas entre vizinhos,

das fofocas, das disputas entre garotos de ruas e bairros diferentes. É o espaço do trabalho, do dia a dia com os companheiros e companheiras, dos afazeres domésticos, da ida ao mercado, da circulação de produtos e mercadorias. Enfim, é o espaço onde o corpo do indivíduo e da coletividade está inscrito no cotidiano, que conforma sua subjetividade.

A comuna se constitui como uma unidade política e administrativa autônoma e livre em relação a qualquer outra comuna ou federação. Isso significa dizer que é a própria coletividade comunal que exercer o poder de instituição de leis e normas que vão normatizar e organizar sua própria dinâmica e definir as relações da comuna com as demais.

La base de esta administración será, por consiguiente, la Comuna. Estas Comunas serán autónomas y estarán federadas regional y nacionalmente para la realización de los objetivos de carácter general. El derecho de autonomía no excluirá el deber de cumplir los acuerdos de convivencia colectiva, no compartidos por simples apreciaciones y que sean aceptadas en el fondo.

Así, pues, una Comuna de consumidores sin limitación voluntaria, se comprometerá a acatar aquellas normas de carácter general que después de libre discusión hayan sido acordadas por mayoría. (IV Congreso de la CNT. Zaragoza, 1936¹³).

A comuna também vai assumir a função de unidade econômica básica para a coletividade, seja ela rural ou urbana. A sua autonomia também se expressa economicamente, afinal, os processos de trabalho, distribuição e consumo da riqueza socialmente produzida serão definidos pela própria coletividade. Nesse sentido, o trabalho não é

reduzido a um conjunto de atividades econômicas, mas expressa diretamente um modo de existência, logo, assume um caráter explicitamente político, pois as decisões acerca de como produzir, o que produzir, como distribuir e como consumir bens e serviços são aspectos que dizem respeito a um determinado projeto de organização social que está além de determinações econômicas.

O funcionamento interno da comuna, segundo as formulações realizadas no IV Congresso da CNT, deveria ser através da constituição de comitês constituídos por delegados eleitos em assembleias livres.

A constituição de comunas desse tipo ocorreu basicamente em áreas rurais, *pueblos*, cidades pequenas e em algumas poucas cidades médias onde o colapso da estrutura municipal foi completo. No entanto, a experiência que predominou no território republicano nos primeiros seis ou sete meses após o levante nacionalista foi a constituição de comitês de trabalhadores em praticamente todas os municípios espanhóis, com maior ou menor intensidade, com maior ou menor participação efetiva no cotidiano da população.

3.2 As coletivizações: a expropriação da propriedade privada e a autogestão da produção

As coletivizações foram as experiências mais radicais no que se refere às transformações na organização e gestão da produção e na distribuição da riqueza socialmente produzida. Essa foi a experiência dominante nos territórios nos quais os anarquistas eram hegemônicos. A coletivização ocorria quando a propriedade privada ou estatal era

¹³ http://archivo.cnt.es/Documentos/congresosCNT/IV_CONGRESO_de_la_CNT.htm

efetivamente expropriada e passava para o controle coletivo dos trabalhadores. A coletivização foi, efetivamente, a abolição da propriedade privada e a instituição da propriedade coletiva. A lógica da produção baseada na exploração do trabalho é substituída por uma ética do trabalho onde o objetivo fundamental é produzir para satisfazer da melhor forma possível as necessidades socialmente produzidas com o objetivo de permitir sempre o maior desenvolvimento econômico, intelectual e cultural do indivíduo e da coletividade. A lógica da acumulação do capital por parte de uma classe de proprietários que utiliza a capacidade de agir e de pensar do outro é substituída por uma ética onde o trabalho não significa a exploração, mas uma atividade que visa o aumento do grau de potência do indivíduo e da coletividade (LEVAL, 1972; BERNECKER, 1982; GONZÁLES 2003 e 2004, TRUJILLO, 2003; CASANOVA, 2006). A mudança do regime de propriedade não significou apenas uma transformação no plano econômico, mas também política, conforme ressaltamos anteriormente.

No caso espanhol, houve momentos em que a estatização antecedia a coletivização. Isso ocorria quando o Estado realizava a expropriação de fábricas, imóveis, terras e estabelecimentos comerciais que pertenciam a pessoas e grupos que colaboraram direta e explicitamente com o levante nacionalista. Nesses casos, tais propriedades ficavam sob controle e administração direta do Estado. Partes destas propriedades estatizadas eram transferidas para as organizações dos trabalhadores (o que ocorreu principalmente no campo, no âmbito do processo de reforma agrária), que a partir daí, instituíam a coletivização. As expropriações

Revista Território Autônomo | n° 3 | Primavera de 2016

realizadas pela ação direta ocorriam quando os trabalhadores organizados em sindicatos, partidos, organizações variadas ou de forma espontânea apropriavam-se diretamente dos meios de produção e instituíam a imediata coletivização.

O processo de coletivização não atingiu toda a estrutura produtiva do território republicano, que ficou caracterizado por uma significativa diversidade de formas de organização do trabalho e da produção: 1. fábricas, estabelecimentos comerciais, serviços públicos e propriedades rurais que foram estatizados e, apesar de contarem com a administração de comitês de trabalhadores, estavam sob o controle do Estado (THOMAS, 1964); 2. diversos setores da economia ainda estavam controlados por setores da burguesia comercial e financeira que se opunham ao golpe fascista; 3. a intervenção, uma espécie de “co-gestão” realizada em estabelecimentos e fábricas onde o proprietário administrava juntamente com um comitê de trabalhadores; 4. as experiências de coletivização dos meios de produção e implementação da autogestão pelos próprios trabalhadores no campo e nas cidades.

É importante ressaltar a dimensão do processo de coletivização para que possamos avaliar com maior precisão a consistência e a profundidade deste fenômeno.

A população espanhola era de aproximadamente 25 milhões de habitantes. Segundo Santillán (1982:70), a população economicamente ativa na Espanha era de aproximadamente 10 milhões de habitantes (pessoas aptas ao trabalho entre 18 e 50 anos). Após o início da guerra, o território republicano ficou com a maior parte da população, algo em torno de 12 milhões e com uma população economicamente ativa de algo em torno de 5 a 6 milhões (TORRE, 2009:13). Segundo estimativas realizadas, a população diretamente envolvida no processo de coletivização (trabalhadores e suas famílias) era de, no mínimo, aproximadamente **1.900.000** pessoas (MINTZ, 2002:95). Apenas a CNT, em 1936, antes da guerra tinha aproximadamente um milhão de filiados (LEVAL, 1972:66). Em relação ao campo, aproximadamente **18,5%** das terras cultivadas do território republicano foram coletivizadas (GONZALES, 2004). No caso das coletivizações urbanas (fábricas e serviços), as experiências mais radicais e em maior número ocorreram na Catalunha (principalmente na cidade de Barcelona), em Aragão e na Andaluzia.

A **figura 2** ilustra a estimativa da distribuição total do número de coletividades e de pessoas envolvidas por região. É possível observar a concentração do número de coletividades nas regiões a leste. Em parte é possível imaginar que tal dinâmica ocorreu por dois motivos: 1. eram as regiões mais distantes do front de batalha, portanto, permaneceram mais tempo protegidas do avanço nacionalista, ao contrário da Andaluzia e Castela-La Mancha, por exemplo, que tiveram seu território dividido logo no início do conflito; 2. tais regiões possuíam as maiores concentrações urbano-

Revista Território Autônomo | n° 3 | Primavera de 2016

industriais do território republicano, o que permitia a criação de um número maior de coletividades do que nas regiões mais ao sul, caracterizadas pelo predomínio de estruturas agrárias concentradoras de terra; dessa forma, enquanto nas cidades maiores o número de coletividades poderia se multiplicar rapidamente, em função da variedade de estabelecimentos comerciais e fábricas, no campo a tendência era da criação de uma quantidade menor e, além disso, cidades pequenas eram incorporadas a uma coletividade maior, fazendo com que se contasse como apenas uma única coletividade.



Figura 2: Números estimados de coletividades e pessoas diretamente engajadas
 Cartografia: Glauco Bruce Rodrigues

A **tabela 1** e a **figura 3** sintetizam a dinâmica do processo de coletivização no campo espanhol. Vejamos os dados:

Regiões	Superfície cultivada (A)	Superfície Expropriada (B)	Superfície Coletivizada (C)	% B/A	% C/B	% C/A
Andaluzia	3.477	1.846	900	53,1	48,8	25,9
Aragão	2.265	-	1.585	-	-	70
Castela-La Mancha	4.950	2.377	1463	48	61,5	29,6
Catalunha	1.471	-	4	-	-	0,3
Levante	1.383	290	92	21	31,7	6,7
Extremadura	1.139	500	350	43,9	70	30,7
Madri	395	186	60	47,1	32,3	15,2
Múrcia	843	260	78	31,2	30	9,4
Totais	15.914	5.459	2.947	34,3	54	18,5
Espanha	27.202	5.459	2.947	20,1	54	10,8

Tabela 1: Superfície expropriada e coletivizada (em milhares de hectares)
 Fonte: González, 2004, p. 6

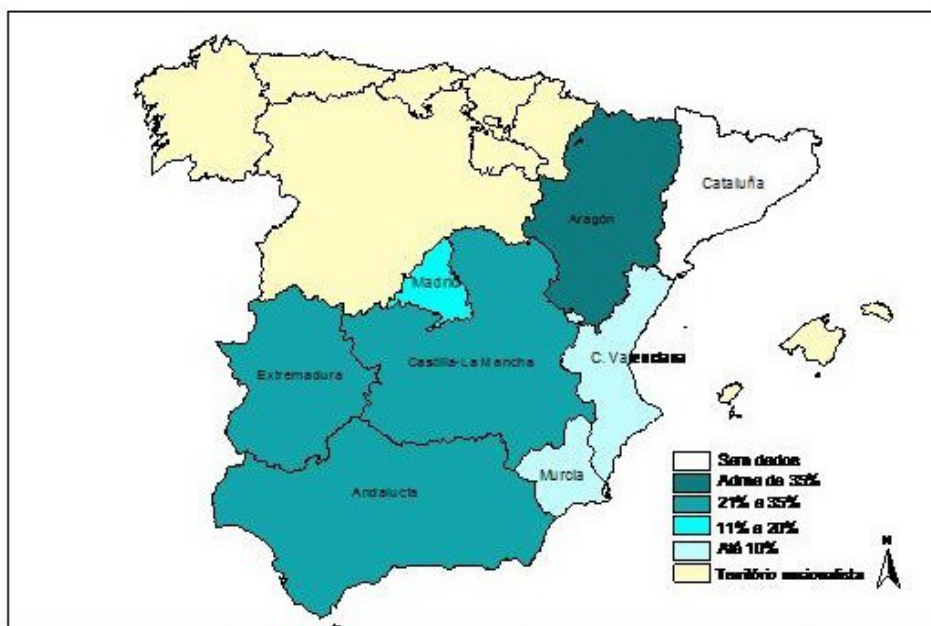


Figura 3: Índices de coletivização da terra no território republicano
 Cartografia: Glauco Bruce Rodrigues

É interessante iniciar a análise pelo total de terras expropriadas, que poderiam ser coletivizadas ou que seriam destinadas a projetos de reforma agrária conduzidos pelo Estado. Portanto, a expropriação nem sempre era seguida da coletivização.

Levando em consideração a escala do território republicano, é possível observar que a expropriação atingiu 34,3% da superfície cultivada. É importante observar que a maior parte dos latifúndios espanhóis estava localizada justamente no território republicano, principalmente na Andaluzia, Extremadura e Castela La-Mancha, ou seja, a parte

centro-sul da Espanha. Os latifúndios espanhóis (acima de 500ha) ocupavam aproximadamente 37% das terras e as grandes propriedades rurais (entre 100ha e 500ha) ocupavam algo em torno de 20%. Nessa perspectiva, para todo o território espanhol temos que as grandes as grandes propriedades somavam aproximadamente 57% das terras. Se levarmos em conta que a maior parte das grandes propriedades encontra-se em território republicano, podemos concluir que a expropriação incidiu basicamente sobre as grandes propriedades rurais, o que significou um forte golpe na estrutura de poder hegemônica.

A análise na escala regional nos ajuda a compreender melhor tal dinâmica: as regiões com maior quantidade de terras expropriadas são justamente aquelas com maior concentração fundiária: Andaluzia (53,1%), Extremadura (43,9%), Madri (47,1%) e Castela La-Mancha (48%). Para a região de Aragão não encontramos dados sobre os índices de expropriação, apenas o de coletivização, que atingiu 70% das terras cultivadas. A elevada concentração fundiária motivou a expropriação e, conseqüentemente, a coletivização de parte destas terras. Ao mesmo tempo, as regiões com maior quantidade de pequenos e médios proprietários foram aquelas onde os índices de expropriações foram mais baixos, como o caso do Levante (21%), Múrcia (31%) e o desprezível índice de coletivização da Catalunha (0,3%)¹⁴. A partir das informações, é possível verificar que duas regiões coletivizaram mais da metade das terras expropriadas: Extremadura (70%) e Castela La-

Mancha (61,5%). Em Aragão foram coletivizadas 70% das terras cultivadas, na Andaluzia quase metade das terras expropriadas foram coletivizadas, com um índice de 48,8%. Levante, Madri e Múrcia coletivizaram em média 30% das terras expropriadas, enquanto a Catalunha apresentou um índice praticamente desprezível de coletivização no campo.

Os números nos permitem uma primeira aproximação do significado e da intensidade do processo. Vejamos, de forma sintética, a dimensão do processo de coletivização:

1. atingiu 18,5% das terras do território republicano (10,8% do território espanhol);
2. transformou o regime de propriedade, a organização do trabalho e a forma de distribuição da riqueza em diferentes escalas e intensidade;
3. engajou aproximadamente 2 milhões de pessoas de forma direta no processo.

Tal dimensão confere à experiência uma importância histórica singular, pois demonstra, empiricamente, a capacidade de ação da classe trabalhadora. Vejamos agora como esse processo se desenvolveu de forma concreta. Passamos agora para a análise do processo de coletivização em si.

Após a ocupação dos espaços de produção, moradia ou consumo, os trabalhadores organizavam uma assembleia para decidir efetivamente qual o rumo iriam tomar. Possuíam basicamente duas opções:

1. Estabelecer um sistema de cogestão com o proprietário caso este não tivesse fugido. Nessa perspectiva, não havia a transformação do regime de propriedade e sim uma parceria na administração e na divisão dos lucros. Nessa situação, a administração era compartilhada entre o proprietário

¹⁴ Tal índice deve-se, fundamentalmente, a dois fatores: 1. a precariedade dos dados acerca da Catalunha relatada na bibliografia; 2. pelo predomínio de pequenos e médios proprietários.

e um comitê de trabalhadores. Tal opção não foi rara ou incomum e ocorreu com maior frequência em Madri e Castela-La Mancha;

2. Decidir pela coletivização dos meios de produção e, portanto, pela transformação nas relações de poder e de produção.

Após a decisão favorável à coletivização, os trabalhadores deveriam instituir as novas relações de poder e de produção para superar problemas e questões que se colocavam imediatamente e não poderiam esperar muito tempo para serem solucionados: como organizar o trabalho? Como tomar decisões? Por que e para quem produzir? Como dividir a riqueza socialmente produzida? Tais questões eram cruciais e definiram a natureza libertária da experiência espanhola.

A dinâmica de funcionamento das coletivizações, no campo ou na cidade, era fundamentalmente a mesma dos comitês revolucionários. A assembleia dos trabalhadores era a instância máxima de decisão onde poderiam participar todos os trabalhadores e, no caso das coletivizações agrícolas, também participavam as famílias, incluindo os idosos e jovens, geralmente maiores de 16 anos. Assim, era necessário definir como o trabalho seria organizado, as metas de produção, a divisão das tarefas, a distribuição da riqueza, a comercialização dos produtos, as relações com outras coletividades, os direitos e deveres de cada membro da coletividade, etc. As normas gerais eram corporificadas em estatutos e regimentos. Abaixo, o trecho inicial do estatuto da coletividade de Salas Altas, localizada na província de Huesca, na região de Aragão.

Reunidos en la Asamblea general los abajo firmantes y discutidas las normas Colectivistas acuerdan por voluntad propia implantar una Colectividad, y pertenecer a ella, y para su desenvolvimiento económico aprueban las siguientes normas.

1º. A la Colectividad [po]drá pertenecer todo vecino cualquiera que sea su condición económica, siempre que esté de acuerdo con este reglamento y sin distinción de organizaciones o partidos.

2º. Los componentes de la Colectividad, nombrarán un comité compuesto por un presidente, vicepresidente, secretario, contador, tesorero y tantos vocales como se considera necesarios teniendo en cuenta la capacidad de la Colectividad.

3º Este comité [será] meramente [de] carácter administrativo respondiendo de su gestión en Asambleas de los colectivistas pudiendo éstas renovar o destituir los cargos que no hayan cumplido su mandato (TORRE, 2009:290).

Destacamos apenas este trecho porque ele é representativo da esmagadora maioria dos estatutos no que diz respeito à importância da assembleia como instância de deliberação máxima, seja no campo ou na cidade. A assembleia era responsável pela formação de um comitê administrativo, comitê gestor, comitê de empresa ou comitê de fábrica, as denominações eram as mais variadas, dependendo do tipo de coletividade que estava se estabelecendo. Comitê administrativo ou comunal era utilizado basicamente para coletividades agrícolas, enquanto as demais denominações eram utilizadas em fábricas ou estabelecimentos comerciais. Tais comitês, geralmente, eram constituídos por um diretor ou presidente, um vice-diretor ou vice-presidente, um secretário, um tesoureiro e um contador escolhidos através do sistema de delegação. Este comitê geralmente dividia os trabalhadores por setores ou grupos de trabalho para organizar e dividir as tarefas. Cada grupo ou setor de trabalho possuía

delegados responsáveis pela coordenação de cada grupo. Assim, a maioria das fábricas, por exemplo, era dividida em três grandes setores: técnico, administrativo e produtivo e cada um deles com suas divisões de acordo com suas particularidades. Cada comitê de setor tinha um delegado escolhido em assembleia para fazer parte do Conselho de Fábrica para que houvesse a coordenação das ações dos três setores. Cada setor tinha suas próprias assembleias para definir a organização do trabalho e resolver seus problemas cotidianos, enquanto questões mais graves eram remetidas à assembleia geral. Nas fábricas coletivizadas que não foram abandonadas, os antigos proprietários, gerentes, diretores e técnicos geralmente eram inseridos dentro do processo produtivo no setor de administração e técnico da empresa.

É importante ressaltar que na maioria dos casos, os integrantes do comitê administrativo e os delegados responsáveis pelos grupos de trabalho não recebiam salários maiores do que os demais trabalhadores e também tinham que trabalhar a mesma jornada diária dos demais membros, salvo em determinadas situações onde a assembleia permitia a redução da jornada de trabalho para que o membro ficasse disponível para resolver problemas urgentes que afetavam o funcionamento da coletividade. Em alguns lugares, a remuneração dos membros do comitê era até menor do que dos demais trabalhadores justamente para evitar qualquer tipo de beneficiamento pessoal ou cristalização do poder. O comitê administrativo ou de empresa deveria apresentar uma prestação de contas e um relatório sobre as atividades realizadas dentro de um período determinado de tempo, que variava de acordo com a coletividade e poderia ser

Revista Território Autônomo | n° 3 | Primavera de 2016

quinzenal, semanal, mensal, etc. A partir da avaliação dos trabalhos apresentados a assembleia decidia pela manutenção ou não das pessoas nos cargos para os quais foram delegadas.

Poucas semanas após o levante nacionalista, as indústrias espanholas retomaram suas atividades dentro da normalidade permitida pela guerra e caracterizada pela diversidade de formas de regime de propriedade e de organização do trabalho, como vimos anteriormente. Nos primeiros meses de guerra as empresas coletivizadas e sob controle operário tiveram um desempenho muito satisfatório se levarmos em consideração o contexto de uma guerra civil e conseguiram sustentar o abastecimento da população e das forças armadas republicanas. Essa conjuntura caracteriza o primeiro período do processo de coletivização que vai de 19 de julho de 1936 até maio de 1937¹⁵.

O sucesso relativo das coletivizações é caracterizado por cinco aspectos fundamentais:

1. A hegemonia libertária no plano político, principalmente na Catalunha;

¹⁵ A partir desta data, as coletivizações serão fortemente combatidas pelo governo republicano e pela *Generalitat*, com o apoio incondicional do PCE, PSUC e de importantes setores da UGT e do PSOE. Os dois últimos são caracterizados pela existência de conflitos internos por conta da existência de correntes revolucionárias que se contrapõem à prática reformista predominante. Entre maio e outubro de 1937 o governo republicano e a *Generalitat* organizam sua ofensiva contra as coletivizações e a partir novembro de 1937 o processo revolucionário começa a entrar em declínio e a hegemonia estatal se coloca de forma absolutamente clara. No entanto, por conta da importância econômica das coletivizações, elas não serão simplesmente aniquiladas pelo Estado, mas serão fortemente reguladas e controladas, fazendo com que a experiência da autogestão e da descentralização torne-se pálida e descaracterizada.

2. Pela existência de recursos financeiros, técnicos e matérias-primas disponíveis para a produção;

3. Ganho de produtividade em função de longas jornadas de trabalho que a produção pudesse atender às necessidades da população e das Forças Armadas.

4. A rápida adequação da produção industrial às necessidades bélicas imediatas, principalmente, na conversão de indústrias de bens de consumo ou de bens de capital para a produção de material bélico;

5. A reestruturação promovida pelos sindicatos com o objetivo de aumentar a produtividade dos diferentes ramos industriais, visando uma racionalização econômica ao mesmo tempo em que operava uma verdadeira socialização da riqueza produzida e da cadeia produtiva.

Esse processo de reestruturação era denominado de *agrupación*, onde parte ou ramos inteiros de determinada indústria de uma cidade (e, eventualmente, de uma empresa com unidades produtivas em diversas cidades) era coletivizado e controlado pelo seu respectivo sindicato. Em outras palavras, ao invés de diversas unidades autônomas coletivizadas, temos a coletivização de diversas unidades produtivas que constituem um único organismo econômico cuja gestão é exercida diretamente pelos trabalhadores do sindicato daquele ramo específico. O primeiro passo das *agrupaciones* era verificar quais fábricas ou empresas de determinado ramo não tinham condições de se sustentar economicamente, ou seja, eram improdutivas, deficitárias, tinham dívidas, etc. Após a verificação, tais empresas e fábricas eram fechadas ou incorporadas a grupos maiores e tinham

Revista Território Autônomo | n° 3 | Primavera de 2016

seus trabalhadores e recursos deslocados para outras unidades onde os fatores de produção poderiam ser utilizados de forma mais eficiente aumentando a produtividade geral do ramo, ou pelo menos de parte dele. Dessa forma, os trabalhadores buscaram maximizar os fatores de produção visando um ganho de produtividade a partir da estruturação de economias de escala e, ao mesmo tempo, buscavam realizar uma integração do ramo de produção a partir do local onde as estruturas produtivas estavam instaladas. Tal integração era crucial para combater a possibilidade do desenvolvimento do neocapitalismo operário, onde coletivizações do mesmo ramo poderiam competir entre si visando sua própria viabilidade e não sua inserção no conjunto da sociedade com o objetivo de socializar efetivamente suas riquezas. Dessa forma, a reestruturação promovida é ao mesmo tempo econômica e política.

O processo de *agrupación* atingiu diretamente inúmeras empresas de pequenas indústrias e oficinas, o que afetava diretamente os interesses de uma pequena burguesia em geral favorável à República, mas sem dúvida contrária à revolução libertária. Nesse sentido, a coletivização destas pequenas empresas suscitou um movimento de combate às coletivizações por parte da pequena burguesia que via seus negócios serem desarticulados pelos trabalhadores. No primeiro período do processo coletivizador onde os trabalhadores e, particularmente a CNT, tinham a hegemonia política, esta classe não tinha condições de se colocar abertamente contra a coletivização, no entanto, conforme o contexto político e as relações de poder iam se alterando, esta classe adquiriu margem de manobra para tentar solapar ou pelo

menos enfraquecer o movimento coletivizador e, para isso, contou com o apoio do PCE, PSUC e da fração reformista da UGT.

A Catalunha foi a região onde se desenvolveram as principais experiências de coletivização durante a guerra, seja em termos quantitativos, seja em termos qualitativos. Essa centralidade se deu pela gigantesca concentração industrial e pela forte presença de um movimento operário libertário organizado na CNT. Esses dois fatores explicam a importância que as coletivizações industriais da Catalunha tiveram para a economia republicana durante a guerra e a riqueza das diversas experiências engendradas pelos trabalhadores para implementar um regime de autogestão da produção de acordo com as condições e limitações práticas daquela conjuntura. A capacidade de criar e inventar deu origem a diversas formas de organização da produção e distribuição da riqueza, o que demonstra a inexistência de regras e modelos prontos e acabados em relação à organização social, o que não reduz a importância de projetos e balizamentos mais amplos que orientaram as ações dos trabalhadores.

A Catalunha tornou-se a principal região industrial da República, principalmente quando as Astúrias e o País Basco são anexados ao território nacionalista. Diante de tal importância estratégica, é fácil imaginar que todos os campos políticos vão buscar alcançar a hegemonia na região para poder viabilizar seu projeto político e econômico após o fim da guerra. O controle dos recursos econômicos da Catalunha era um objetivo fundamental de cada organização política em território republicano.

Os serviços urbanos, em toda sua diversidade (transporte, educação, energia, água, comércio, etc.) também passaram por processos de coletivização, *Revista Território Autônomo | n° 3 | Primavera de 2016*

com diferentes graus de intensidade e radicalização. É importante destacar a experiência barcelonesa, onde a maior parte dos serviços públicos passou a ser gerida diretamente pelos trabalhadores, através dos sindicatos associados, principalmente, à CNT e aos comitês de bairro. Assim, serviços como limpeza, iluminação, transportes, energia e água, passaram a ser organizados e geridos pelos trabalhadores, que realizaram reformas na tentativa de melhorar a qualidade, reduzir os custos e expandir os serviços pelo espaço urbano. Assim, os sindicatos conseguiram reduzir o preço das tarifas de água e energia, assim como operaram uma reestruturação no sistema de transportes, alterando horários, rotas, número de veículos e reduzindo a tarifa (SANTILLÁN,1980; BERNECKER,1982; ROCA,1983, EALHAM,2005). Vejamos a experiência barcelonesa para esses serviços.

O serviço de água estava concentrado basicamente na Companhia Catalã de Água, Gás e Eletricidade e na Companhia Geral de Águas de Barcelona (BERNECKER, 1982:363; ROCA, 1983:35; SOCHY e FOLGARE, 2007:113). Segundo os autores, as empresas eram privadas e foram coletivizadas pelos trabalhadores até sofrerem processos de intervenção estatal a partir de setembro de 1937 por conta do seu caráter estratégico. Até a intervenção, os trabalhadores traçaram como meta final o abastecimento imediato de Barcelona e da sua região metropolitana, levando em consideração o aumento da demanda por conta do crescimento populacional e industrial. Isso significava, na prática, a expansão do consumo através de duas medidas: a implementação de infraestrutura técnica nos bairros de periferia que apresentavam deficiência de abastecimento e, principalmente,

através da redução do preço da tarifa de água. Antes da coletivização, a tarifa de água variava entre 0,30 pst a 2,50 pst por metro cúbico. O sindicato dos trabalhadores estipulou uma tarifa única de 0,40 pst por metro cúbico, o que causou um efeito imediato no aumento do consumo de água, principalmente na periferia da cidade (ROCA, 1983:37). A redução da tarifa da água foi a principal medida tomada dentro de uma política de ampliação do serviço de na cidade e na Catalunha como um todo. No entanto, não foi possível desenvolver os planos de implementação de infraestrutura para resolver ou, de forma mais realista, amenizar a precariedade do serviço na periferia urbana e promover uma ampla unificação do abastecimento da região metropolitana. Os elevados custos financeiros e dificuldades técnicas (escassez de mão-de-obra, máquinas e materiais) foram os maiores obstáculos que impediram o desenvolvimento deste projeto. Mesmo quando a empresa foi estatizada e, a rigor, teria uma quantidade maior de recursos disponíveis, a conjuntura bélica e econômica impossibilitou tal processo. É importante ressaltar que assim como as indústrias, a intervenção estatal significou o fim da autogestão dos trabalhadores com a substituição das assembleias e das delegações por uma direção de empresa que centralizava as decisões.

Processo semelhante ocorreu com o serviço de geração e distribuição de energia: em um primeiro momento houve a coletivização e a implementação da autogestão e, em junho de 1937 houve a intervenção estatal por se tratar de um serviço estratégico e, por isso, foi retirado dos trabalhadores e assumido pelo Estado.

O serviço de geração e distribuição de energia estava relacionado com a gestão do *Revista Território Autônomo* | n° 3 | Primavera de 2016

fornecimento de água na cidade, uma vez que a principal matriz energética utilizada no consumo doméstico era a eletricidade. O preço do Kw/h estava atrelado ao preço da água. Isso significa dizer que a redução do valor do metro cúbico da água teve um impacto direto na redução das tarifas de energia, o que ampliou o consumo de eletricidade em toda a cidade. O interessante é que houve uma redução significativa na tarifa justamente nos horários de maior demanda doméstica, ou seja, nos horários entre 12h e 14:30h e entre 19 e 21:30 (ROCA, 1983:20). Além disso, a redução da tarifa de eletricidade estava inserida dentro de uma estratégia de redução do uso do carvão e do gás com o objetivo de reduzir os gastos com a importação destes produtos e com isso contribuir para a redução do déficit comercial. Existiam mais dois pontos importantes no projeto formulado inicialmente pelos trabalhadores: a eletrificação geral dos transportes e a expansão da rede elétrica por toda a Catalunha. Houve um tímido avanço nos dois pontos (SANTILLÁN, 1982; ROCA, 1983). Nesse sentido, foram realizadas obras de expansão da rede elétrica para outros municípios e houve a eletrificação apenas de alguns trechos de linhas de trens, o que ficava muito longe do mínimo estipulado no projeto inicial, que previa a eletrificação geral de nada menos do que 11 linhas completas (ROCA, 1983:22-23).

Os melhores resultados em termos de ampliação dos serviços oferecidos ocorreram no setor dos transportes. Assim como nos demais serviços de infraestrutura, a preocupação básica era no mínimo manter o funcionamento das atividades e, se possível, ampliar e melhorar a qualidade do serviço. Os trabalhadores tiveram poucas dificuldades em

manter o mesmo nível do serviço que era prestado antes da guerra, afinal, a qualidade era ruim. Assim, os trabalhadores conseguiram manter as linhas convencionais, os horários habituais e não tiveram grandes problemas técnicos com a manutenção da frota de veículos, pelo menos nos primeiros meses do conflito. No entanto, diferente do setor de energia e de água, os sindicatos conseguiram implementar melhorias significativas no serviço: 1. assim como nos demais serviços urbanos, a tarifa foi reduzida, o que possibilitou a ampliação do número de viagens para os trabalhadores, aumentando sua mobilidade na cidade; 2. houve a expansão das linhas de ônibus para bairros que não eram servidos por trens ou bondes; 3. criação de novos itinerários para aumentar a mobilidade e o acesso à rede de transportes; 4. interligação entre os diferentes tipos de transportes para reduzir trajetos que antes eram realizados a pé (SANTILLÁN, 1982; BERNECKER, 1982; ROCA, 1983, EALHAM, 2005). Tais melhorias ocorreram principalmente no ano de 1936 e no início de 1937. No entanto, com o transcorrer da guerra, a qualidade do serviço vai se deteriorando basicamente por dois motivos: 1. as fontes de energia (gasolina, carvão, eletricidade) passam a ser racionadas, dando prioridade às atividades bélicas e ao funcionamento do aparelho de Estado, o que obrigou a uma restrição dos serviços (ampliação do tempo de viagens, redução do número de veículos, etc.); 2. inúmeros veículos passaram a ser requisitados para uso militar, principalmente os ônibus e trens, que eram utilizados para o transporte de tropas, feridos, mantimentos, armas e munição. Além dos transportes públicos convencionais, os táxis de Barcelona foram coletivizados e transformados em

Revista Território Autônomo | n° 3 | Primavera de 2016

lotações, onde um único veículo transportava diversos passageiros. Um fenômeno relativamente comum foi a expropriação de carros particulares (que eram artigos de luxo) para o uso cotidiano dos trabalhadores (de forma privada ou coletiva, transformando os carros em táxis, por exemplo). No entanto, essa apropriação massiva de carros privados deu origem a uma grande quantidade de motoristas que simplesmente não sabiam dirigir de forma adequada. O resultado foi o aumento do número de acidentes com mortos, feridos e graves danos aos veículos. Para coibir tais acidentes e evitar a perda desnecessária de veículos que poderiam ser úteis para o uso civil ou militar, o Comitê de Milícias Antifascistas, a prefeitura e a *Generalitat* concordaram em criar um rigoroso controle sobre o uso dos veículos e estipularam a obrigatoriedade do uso de uma carteira de motorista, além de determinar quais eram os tipos de veículos que tinham permissão para circular na cidade. Nesse sentido, o uso privado dos carros foi praticamente abolido, o número de táxis foi drasticamente reduzido e os veículos que tinham permissão de trafegar eram aqueles utilizados com fins militares (transporte de tropas, munições, etc.), econômicos (transporte de mercadorias, produtos, máquinas, etc.), uso da população civil (transportes públicos) e para o deslocamento de membros de organizações políticas.

Os serviços urbanos mais corriqueiros e cotidianos também foram coletivizados, total ou parcialmente, dependendo da cidade. Estabelecimentos de pequeno e médio porte, como padarias, barbearias, restaurantes, bares, cafés, cinemas, escolas e teatros passaram a ser autogeridos pelos trabalhadores, que engendraram

processos de reestruturação produtiva e de refuncionalizações espaciais.

A experiência dos barbeiros e padeiros de Barcelona é exemplar. Segundo o relato de Souchy e Folgare (2005:117-120), os barbeiros trabalhavam em condições muito precárias e recebiam baixos salários. Além disso, estimava-se um número significativo de barbeiros desempregados, fazendo com que o valor do salário permanecesse baixo e as condições de trabalho precárias. Após o fracasso do golpe em Barcelona, os barbeiros iniciaram uma série de assembleias onde decidiram pela coletivização dos estabelecimentos da cidade e iniciaram um processo de reestruturação das atividades baseado principalmente na distribuição espacial das barbearias. Em um primeiro momento, os trabalhadores dividiram a cidade em zonas, que não necessariamente coincidiam com os bairros, e a partir daí começaram a planejar a reestruturação do serviço. O primeiro passo foi fechar diversas barbearias deficitárias, o que resultou em uma economia de 80 mil pesetas mensais de aluguel, dinheiro que foi utilizado para melhorar as condições de trabalho através da compra de novos produtos e, principalmente, incorporar ao trabalho os barbeiros desempregados. Sobraram apenas 240 barbearias em Barcelona, distribuídas por zonas estabelecidas pelos trabalhadores, que levavam em conta a acessibilidade, o tamanho e a renda da população em cada zona. A jornada de trabalho era de seis horas e meia, sendo que as barbearias ficavam abertas de oito da manhã às nove da noite, sem nenhuma interrupção. A redução da jornada de trabalho e o aumento do tempo de funcionamento do estabelecimento permitiram a incorporação de mais trabalhadores, eliminando o desemprego neste ramo.

Revista Território Autônomo | n° 3 | Primavera de 2016

A reestruturação permitiu aumentar os salários de 40 para 60 pesetas semanais nos dois primeiros meses de coletivização e depois para 75 pesetas semanais.

As padarias eram avaliadas em função da sua produtividade e localização: aquelas que tinham baixa produtividade eram deficitárias ou estavam localizadas em áreas com um excesso de outras unidades, eram fechadas, seus trabalhadores eram deslocados para outros estabelecimentos e os recursos distribuídos de acordo com as necessidades do ramo de atividade, o que era definido pelo próprio sindicato. As padarias eram consideradas estratégicas para o abastecimento da população por conta da produção e distribuição do pão, que vai se tornando cada vez mais importante na dieta da população conforme a guerra avança e os alimentos vão se tornando cada vez mais escassos.

Os demais casos, como escolas, hotéis, cafés, cinemas, teatros, serviços como oficinas mecânicas, etc., passaram por dinâmicas semelhantes. Devemos ressaltar os processos de refuncionalização espacial, através do qual os trabalhadores alteraram significativamente o conteúdo das ações e funções do substrato material herdado. As igrejas que não foram destruídas e outros imóveis foram utilizados para inúmeras finalidades, funcionando como armazéns, garagens, cinemas, escolas, enfermarias, creches etc. Casas, prédios e hotéis expropriados tornaram-se sedes das organizações dos trabalhadores, dos comitês, partidos e milícias. Era comum que restaurantes e hotéis fossem transformados em refeitórios coletivos, onde a comida era oferecida de graça a desempregados, crianças e idosos e vendida aos trabalhadores por preços bem menores que o habitual. Mercados,

quitandas e estabelecimentos comerciais foram transformados em armazéns onde as pessoas poderiam comprar os produtos à disposição, fornecidos pelos sindicatos e coletividades (agrícolas ou industriais).

De forma geral, os serviços urbanos mais rotineiros conseguiram reduzir seus custos para os trabalhadores-consumidores através da redução dos preços e incorporar mais trabalhadores através da redução da jornada de trabalho diária e pelo aumento do tempo de funcionamento de cada estabelecimento. Estas medidas geraram o aumento do consumo, melhorias significativas na qualidade de vida e uma sensível redução no desemprego. O dinamismo gerado pelos serviços possibilitou uma nova dinâmica de apropriação do espaço urbano pela classe trabalhadora: maior mobilidade, acessibilidade e novas experiências de vida na cidade, como a descoberta e vivência de novas paisagens urbanas, maior articulação entre os diferentes bairros, ampliação da percepção espaço-temporal dos trabalhadores que até então era basicamente circunscrita ao seu bairro (deslocamento moradia-trabalho-moradia). A expansão e coletivização dos serviços permitiram tais transformações, ao mesmo tempo em que ocorria o fortalecimento das identidades sociais dos trabalhadores, processo que estava direta e indissociavelmente relacionado à classe e ao espaço de referência identitária.

Uma das questões mais importantes era a questão da distribuição da riqueza socialmente produzida. Um princípio fundamental era de que a riqueza deveria ser apropriada de forma integral pelo trabalhador. Portanto, a forma de se distribuir a riqueza deveria ser alterada. Além disso, existia a

preocupação de se abolir ou reduzir ao máximo as diferenças salariais existentes entre os trabalhadores, na tentativa de se abolir a sociedade de classes, o que não ocorreu.

O comunismo libertário não foi integralmente implementado na Espanha. Raríssimas foram as coletividades onde o salário e a moeda tinham sido abolidos e a população tinha acesso irrestrito aos bens e serviços disponíveis. O que predominou foi a manutenção da remuneração pelo trabalho conjugada a um consumo familiar controlado e racionado pelos sindicatos. Além disso, as diferenças salariais entre homens e mulheres não foi abolida, assim como as diferenças entre os próprios trabalhadores foram mantidas em grande parte das fábricas coletivizadas. Onde mais se avançou na superação das desigualdades foram nas coletivizações no campo e nos serviços urbanos.

A alternativa encontrada por muitas coletividades e cidades controladas pelo movimento libertário foi a instituição de uma cartilha de consumo ou a distribuição de vales que davam direito a uma determinada quantidade de produtos por dia ou por semana e que poderia ser adquirida pela família dos trabalhadores. Na verdade esta estratégia era uma forma de organizar e racionar o consumo para evitar a escassez de determinados produtos básicos. Aqueles produtos excedentes eram distribuídos com maior fartura.

A principal forma de distribuição da riqueza foi através da remuneração do trabalho, o que atrelava o consumo ao salário pago pelas coletividades aos trabalhadores. Cada coletividade estabelecia um valor para a remuneração que deveria ser pago diária ou semanalmente. O valor era calculado a partir da jornada de trabalho e do

número de membros da família de cada trabalhador. Assim, em um caso hipotético, uma jornada de trabalho diária equivalia ao pagamento de 5 pesetas. Na composição do salário familiar, a esse valor era acrescentado um extra que correspondia a cada membro da família: “al ingreso básico percebido por el cabeza de familia se añadía el 50 por 100 más por um segundo miembro de la familia, el 15 por 100 por um tercero y, a partir de ahí, el 10 por 100 por cada miembro más” (BERNECKER, 1982:185). Neste momento podemos observar uma das facetas da desigualdade que existia nas coletividades urbanas e agrícolas, que era a remuneração do trabalho feminino. Em todas as fontes consultadas era possível observar que a mulher recebia salários bem inferiores aos homens, isto quando ela ainda conseguia receber alguma coisa. Era comum em coletividades agrícolas que mulheres solteiras e que viviam sozinhas não receberem nenhum tipo de salário, apesar de poder receber o mínimo que todo membro da coletividade tinha direito para sobreviver. Assim, em “Banyeres Del Penedès un trabajador varón percibía 90 pesetas [semanais], mientras que una trabajadora debía contentarse con 20; en Cabrera de Mataró la relación era de 70 a 40; em Verdú de 35 a 18” (BERNECKER, 1982:189), enquanto que no Conselho de Aragão foi proposto um salário mínimo para os trabalhadores, cujos valores seriam de “10 pesetas diárias para los hombres y seis para las mujeres” (CASANOVA, 2003:200). Outro ponto que contribuía para a manutenção das desigualdades era a criação de faixas salariais de acordo com a profissão ou atividade do trabalhador para o cálculo do salário familiar, como nos mostram Bernecker (1982) e Muñoz (2004). Além disso, não era nada incomum

Revista Território Autônomo | n° 3 | Primavera de 2016

que o valor base do salário familiar fosse diferente para cada categoria de trabalhadores, como salientamos anteriormente, fato que predominava principalmente nas coletividades urbanas. Assim, o valor base de determinado operário em uma determinada fábrica poderia ser de 5 pesetas, enquanto outro trabalhador poderia ter um salário base de 7 pesetas.

Apesar da manutenção de tais desigualdades, é crucial compreender que no imaginário dos trabalhadores (homens, evidentemente), o salário que recebiam estava de acordo com o trabalho realizado em proporção à riqueza socialmente produzida, portanto, era uma remuneração justa cujo produto voltava diretamente para o produtor através do salário e de forma indireta através dos investimentos em melhorias sociais que eram feitas nas coletividades e dos produtos que eram comercializados para abastecer a frente de batalha e outras populações. Ou seja, não havia a dissociação entre o produtor e o consumidor, pois a riqueza produzida era apropriada de forma integral (direta ou indiretamente) pelos próprios produtores. Para além do aspecto simbólico, medidas concretas foram implementadas, em relação ao aumento e à tentativa de redução das diferenças salariais entre os trabalhadores. No que se refere ao aumento dos salários, houve um aumento médio de 15% no campo republicano, o que incluía, evidentemente, os trabalhadores envolvidos nas coletivizações (MUÑOZ, 2004:14). O aumento nominal dos salários não correspondeu a um aumento real, uma vez que a inflação, o aumento dos preços e a desvalorização da peseta corroíam o poder de compra dos trabalhadores espanhóis. No desenvolvimento do conflito, o aumento dos salários

colocou em xeque a capacidade de manutenção das próprias atividades produtivas, uma vez que a receita era cada vez menor e devia cobrir custos cada vez maiores (aumento do custo das matérias-primas e energia, pagamento dos salários, manutenção dos equipamentos, etc.) e um contexto onde a produtividade começou a baixar a medida em que os nacionalistas iam conquistando território e a situação econômica, política e militar da República ia se deteriorando cada vez mais (congelamento dos salários, redução da moral por conta dos cursos da guerra, escassez de matéria-prima, redução da jornada de trabalho por falta de energia e insumos, redução dos salários para aumentar a capacidade de investimento, etc.).

Em relação às diferenças salariais entre os trabalhadores é possível identificar duas situações. A primeira corresponde às coletividades agrícolas, onde a menor divisão social do trabalho e uma menor diversidade de ofícios permitiu uma redução maciça das diferenças salariais entre os trabalhadores do campo. A esmagadora maioria dos trabalhadores era constituída por camponeses, que grosso modo, desenvolviam atividades muito semelhantes e possuíam praticamente a mesma qualificação e grau de instrução. Apesar das diferenças do conhecimento e da prática no cultivo de culturas distintas, na criação de animais diferentes e no beneficiamento das diferentes matérias-primas, esses trabalhadores se viam basicamente como iguais, como trabalhadores da terra, aqueles que alimentavam a Espanha. Por conta da hegemonia camponesa, dificilmente outros trabalhadores que viviam nas coletividades agrícolas iriam evocar uma superioridade em relação ao trabalho do agricultor. Nesse sentido, artesãos,

Revista Território Autônomo | n° 3 | Primavera de 2016

carpinteiros, ferreiros, padeiros, pedreiros, etc. não tinham condições de sustentar uma superioridade técnica ou intelectual e, além disso, em grande parte estavam imbuídos de um forte espírito de solidariedade para com as pessoas com quem viviam e estabeleciam uma relação de complementaridade. Essas condições permitiram a instituição de um regime de remuneração onde as desigualdades existiam, mas eram bem reduzidas. Nas coletividades urbanas, principalmente das grandes cidades, as diferenças salariais foram reduzidas, mas de forma absolutamente insuficiente para promover uma redução das desigualdades entre os trabalhadores. Nesse sentido, os aumentos e a instituição de tetos salariais, ainda que consideráveis, não foram capazes de superar ou reduzir de forma significativa tais desigualdades entre os próprios trabalhadores da mesma forma como ocorreu nas coletividades agrícolas. A manutenção de tais desigualdades ocorreu por conta da pressão dos próprios trabalhadores, que evocavam suas qualificações técnicas e profissionais para justificar sua maior importância perante aos demais e, por isso, ter direito a uma remuneração maior. Tal fato ocorreu por conta da grande divisão social do trabalho e da grande diversidade de ofícios existentes. Assim, aqueles trabalhadores com maior grau de qualificação e que ocupavam cargos de supervisão, gerência, contabilidade ou que operavam máquinas mais modernas e tinham maior qualificação reivindicavam salários maiores usando o argumento de que era necessário recompensar de forma mais substancial aqueles trabalhadores com maiores responsabilidades. Além disso, também era utilizado o argumento de que as diferenças salariais deveriam ser um incentivo para que cada

53

trabalhador melhorasse cada vez mais sua qualificação visando um ganho efetivo, o que iria melhorar de forma significativa a produtividade global do trabalho. É possível observar as diferenças salariais médias no ano de 1936 no quadro abaixo:

Salarios reglamentados									
Años	Máximos			Medios			Mínimos		
	Oficiales	Aprendices	Mujeres	Oficiales	Aprendices	Mujeres	Oficiales	Aprendices	Mujeres
1936	10,36	3,65	4,79	8,65	2,94	3,96	6,94	2,22	3,14
1940	12,00	4,56	5,84	10,03	3,72	4,87	8,07	2,88	3,89
Salarios efectivos									
Años	Máximos			Medios			Mínimos		
	Oficiales	Aprendices	Mujeres	Oficiales	Aprendices	Mujeres	Oficiales	Aprendices	Mujeres
1936	10,36	3,65	4,79	8,65	2,94	3,96	6,94	2,22	3,14
1940	13,88	5,28	6,76	11,61	4,19	5,63	9,33	3,11	4,50

Salarios diarios industriales procedentes de los AEE (1936-1953) Pts nominales/día

Tabela 2. Fonte: Muñoz, 2003, p. 45.

Além da distribuição da riqueza através do salário e de formas alternativas de consumo (vales e cadernetas), existia uma outra dimensão deste processo de distribuição que se apresenta na forma de uma rede de proteção social, que se mostrou tão importante quanto o aumento dos salários para a melhoria da qualidade de vida das pessoas engajadas nas coletivizações, principalmente nas agrícolas. Como salientamos anteriormente, os trabalhadores tinham a clareza que poderiam se apropriar integralmente do produto do seu trabalho de forma direta (através da remuneração e do livre consumo dos produtos excedentes) e de forma indireta através de investimentos em infraestrutura na própria coletividade e por uma rede de proteção social criada para cuidar de outras necessidades da população e de membros da coletividade que não poderiam estar diretamente engajados no processo produtivo ou que tinham sua capacidade de trabalho reduzida, seja pela idade ou por alguma doença.

A rede de proteção social criada pelas coletividades englobava basicamente os seguintes

aspectos: 1. educação; 2. saúde; 3. aposentadorias e benefícios gerais.

Os trabalhadores atribuíam um importante valor à educação em um contexto onde metade da população espanhola era analfabeta, sendo que os

maiores índices de analfabetismo atingiam justamente os trabalhadores, principalmente os camponeses. Nesse sentido, foi realizado um grande esforço de organização e de investimento na educação para atender minimamente as necessidades destes trabalhadores. Em uma coletividade na província de Cuenca, por exemplo, (Castela-La Mancha), a “assemblea decidió que de los excedentes de la colectividad que no iban a entregarse a la caja regional de compensación un 25 por 100 debía aplicarse a ampliación del sistema de enseñanza” (BERNECKER, 1982:179).

Existiam três focos principais no que diz respeito à educação: 1. educação técnica para jovens (aprendizes) e adultos que visavam sua maior qualificação profissional; 2. ensino de caráter humanista e de formação global das crianças e adolescentes; 3. alfabetização de jovens e adultos. O processo era descentralizado, não havia uma coordenação geral, seja em escala regional ou nacional. Cada coletividade, *pueblo*, bairro ou cidade organizava com os recursos disponíveis seus estabelecimentos educacionais. A implementação e

o funcionamento das escolas geralmente era de responsabilidade de uma comissão de educação que poderia ser constituída por professores, educadores e pelos próprios trabalhadores, principalmente por aqueles com melhor formação técnica e intelectual. A educação de crianças e adolescentes era feita em período integral (quando possível) ou em meio turno (manhã ou tarde) quando não existia a possibilidade de haver um responsável pela coordenação das atividades. A educação de jovens que já trabalhavam (acima de 16 anos, geralmente) e adultos era realizada após a jornada de trabalho, principalmente no período noturno, tanto para o ensino técnico quanto para a alfabetização.

O projeto pedagógico que orientava o processo educacional (formação humanista, técnica e alfabetização) estava baseado e inspirado nas formulações da Escola Moderna de Francisco Ferrer, cujas bases são: a. racionalismo; b. autonomia política e intelectual do aluno; c. ensino laico; d. educação integral; e. educação mista (meninos e meninas estudando juntos); f. extinção de notas, prêmios, punições e castigos; g. práxis como fundamento da educação. Além disso, o processo educacional também era composto por teatros, cinemas, bibliotecas e centros culturais que constituíam outros espaços de formação fundamentais para um processo integrado de educação.

A saúde também foi contemplada na criação da rede de proteção social das coletividades, no entanto, por escassez de recursos e de pessoal, as realizações neste campo foram menores do que na educação, no entanto, nos locais onde foram implementadas, significaram uma melhoria importante na qualidade de vida dos trabalhadores.

Revista Território Autônomo | n° 3 | Primavera de 2016

A escassez de recursos e de pessoal é explicada pela situação de guerra, onde a maior parte dos medicamentos, material e profissionais da área de saúde estava mobilizada para atender os combatentes da frente de batalha. As principais realizações no que se refere à saúde foram a criação de comissões de saúde responsáveis por ações de prevenção, educação e tratamento de doenças relativamente simples; o investimento em melhorias sanitárias de bairros, coletividades e *pueblos*, como a melhoria, recuperação ou instalação de rede de esgoto e tratamento de água, principais medidas para evitar a transmissão de doenças.

O último elemento importante desta rede foram os sistemas de previdência e benefícios criados para permitir que idosos e pessoas sem condições de trabalhar (por motivos de doença, etc.) tivessem acesso a uma renda mínima para que pudesse satisfazer suas necessidades básicas. Nesse sentido, era estipulada uma remuneração para os homens maiores de 60 anos que não pudessem mais trabalhar por conta da idade ou que não tivessem nenhum tipo de apoio e suporte familiar. Membros da coletividade que não podiam trabalhar temporariamente por doença ou que tinham algum problema que impedisse de realizar as atividades diárias recebiam uma remuneração. As esposas de trabalhadores que eram recrutados para a frente de batalha recebiam a remuneração do marido enquanto ele estava em combate e, no caso de morte, o benefício era mantido. Todos os beneficiados tinham todos os direitos políticos dentro da coletividade e podiam dispor de todos os serviços e demais benefícios existentes.

O processo revolucionário libertário não poderia ficar restrito à experiência das

coletivizações em escala local. Esta era uma convicção presente em significativas parcelas do movimento libertário, que formularam e expressaram a necessidade de articulações multiescalares, assim como foi uma imposição do movimento concreto e real da dinâmica da guerra civil e do próprio processo revolucionário. Em outras palavras, a constituição de uma espacialidade revolucionária multiescalar era, ao mesmo tempo, uma necessidade conhecida teoricamente e uma condição prática imposta pelas condições objetivas e concretas da conjuntura da guerra civil. Nesse sentido, teoria e prática realizaram um mesmo movimento para encarnar uma determinada *práxis*, ainda que não tenha ocorrido um perfeito encaixe entre as formulações teóricas e as soluções práticas efetivamente produzidas pelos trabalhadores (fato absolutamente normal, uma vez que é impossível enquadrar a dinâmica social em um sistema teórico qualquer).

É importante salientar que a maior parte do movimento anarquista espanhol era extremamente crítica do espontaneísmo, da falta de organização e da defesa de uma sociedade primitiva de produtores-consumidores vivendo de forma isolada em suas comunas autossuficientes. Existia clareza acerca da necessidade da organização e coordenação para que as atividades econômicas fizessem uso intensivo das técnicas e do desenvolvimento científico e estivessem articuladas em diversas escalas estabelecendo relações de complementaridade, troca e solidariedade. O melhor exemplo desta posição, sem dúvida, é Diego Abad de Santillán, que publicou sua obra *O organismo econômico da revolução* em março de 1936, portanto, antes do início da guerra e do encontro da CNT de Zaragoza, *Revista Território Autônomo* | n° 3 | Primavera de 2016

que ocorreu em maio do mesmo ano. Nesta obra, o anarquista espanhol elabora uma proposta de organização econômica da sociedade pós-revolucionária a partir das condições concretas da conjuntura espanhola baseado no princípio federativo e torna-se uma referência fundamental para o desenvolvimento do processo revolucionário. Nesse sentido, as formulações de Santillán contribuíram de forma decisiva para a constituição das federações e conselhos. Os argumentos fundamentais utilizados por ele são de duas ordens: 1. fundamentos econômicos do mundo moderno; 2. eficácia do processo revolucionário.

Em relação ao primeiro ponto, o argumento utilizado é bem simples e parte de constatações da dinâmica da produção no mundo moderno. A questão fundamental que o autor coloca é a impossibilidade do desenvolvimento econômico independente e isolado de uma determinada cidade, região ou país levando em conta as necessidades de adquirir produtos, serviços e matérias-primas em outros lugares. Portanto, para Santillán qualquer tentativa de desenvolvimento econômico e social dissociado da articulação econômica da cadeia produtiva entre os lugares e nas mais diversas escalas é um obstáculo que inviabiliza qualquer processo revolucionário. É necessário, mais do que isso, é inevitável que a organização econômica da nova organização societária seja capaz de articular os diferentes ramos e momentos da cadeia produtiva de acordo com as possibilidades técnicas e financeiras de cada lugar e região para conseguir satisfazer as necessidades da população. Assim, a aquisição de matérias-primas, circulação de bens, produtos e pessoas, distribuição de recursos técnicos e financeiros, implementação e manutenção de

infraestrutura, distribuição da riqueza, etc., devem ser coordenadas e articuladas em diversas escalas, o que é impossível em qualquer tipo de proposta de organização social e econômica baseada em unidades autossuficientes. O autor afirma que:

Existe algo que está definitivamente superado como princípio dominante: o localismo econômico. A economia atual não cabe nos limites nacionais e muito menos nos locais; por conseguinte, não podem existir, em economia, particularismos (o produtor raramente conhece o consumidor), mas sim a coordenação. Bakunin empregou palavras mais duras: falou-nos de centralização.

Concordamos com Cornelissen quando afirma que “o núcleo de toda a produção, a célula econômica é o ‘estabelecimento’ e não o ‘ofício’. Além disso, em todo estabelecimento moderno da grande e média indústria, podem trabalhar juntos operários e empregados de cem, dez ou vinte especialidades diferentes. Juntos podem conhecer seus estabelecimentos e preparar a organização local, nacional ou internacional de cada ramo da indústria” (SANTILLÁN, 1980, pp.88-89).

O segundo ponto refere-se à radicalização do processo revolucionário, pois coloca em questão a socialização completa dos meios de produção e da riqueza socialmente produzidas. Nesse sentido, a coletivização é o início do processo revolucionário que está se constituindo em escala local, mas que ainda não adquiriu uma completa radicalidade. A revolução libertária só se efetiva quando existe a ampla socialização das forças produtivas, meios de produção e da riqueza social em uma organização que seja conduzida de forma autônoma pelos próprios trabalhadores. E, além disso, deve se constituir uma articulação efetivamente solidária entre os lugares e essa questão está diretamente relacionada à tentativa de se superar ou pelo menos

reduzir de forma significativa as desigualdades espaciais. Reduzir as desigualdades significa em alterar a lógica da distribuição dos recursos técnicos e econômicos, logo, pressupõe a desconcentração da riqueza e a constituição de instituições e mecanismos de redistribuição, que só podem ser alcançados através da constituição de redes de coordenação e articulação baseadas na solidariedade e na ajuda mútua em todas as escalas espaciais.

Para além das formulações e preocupações que animavam os militantes libertários, a própria dinâmica do processo de produção influenciou de forma decisiva a constituição de redes multiescalares para possibilitar o desenvolvimento do processo revolucionário. Nesse sentido, temos a conjugação de uma determinada subjetividade política e ética calcada no projeto libertário com as condições objetivas do processo produtivo no contexto da guerra civil que condicionaram a instituição de federações e conselhos nas comarcas e regiões espanholas.

O primeiro passo do processo revolucionário foi a consolidação das coletivizações em si, conforme analisamos anteriormente. Conforme as coletividades iam se consolidando, o processo produtivo era desenvolvido com os recursos imediatamente disponíveis dos próprios trabalhadores ou das propriedades que foram expropriadas e coletivizadas, no campo e na cidade. Nesse sentido, quando as coletividades se constituíram, existiam recursos, insumos, matérias-primas que permitiam o início do trabalho coletivo. No entanto, conforme tais recursos iam acabando e conforme a produção ia se desenvolvendo, as coletividades se defrontaram com uma série de questões práticas que deveriam ser resolvidas e

adequadas ao projeto político libertário: adquirir matérias-primas, combustível, ferramentas, máquinas, insumos; implementar e gerir infraestrutura técnica (sistemas de irrigação, estufas, drenagem, sistemas de transporte, energia e comunicação); armazenamento dos produtos, distribuição e comercialização no mercado interno e externo. Evidentemente que os trabalhadores já tinham ideais, formulações e balizamentos de como lidar com tais questões à luz do projeto libertário desde o século XIX. No entanto, a diferença fundamental é que desta vez as transformações estavam efetivamente ocorrendo e as soluções tinham que ser dadas de forma imediata. É nesse momento que as formulações feitas por homens como Santillán ganham sua importância, afinal, existe uma proposta de organização societária que leva em conta os problemas concretos da produção.

O segundo passo era a constituição das federações regionais, constituídas por delegados das federações comarcais com o objetivo de estruturar uma vasta e complexa rede de solidariedade e apoio mútuo por todo o território regional, o que exigia uma capacidade de organização, coordenação e de recursos técnicos e financeiros maior do que as federações comarcais. Além disso, a gestão de tais federações regionais era basicamente realizada pelos sindicatos da CNT auxiliados pela FAI, uma vez que a central anarcossindicalista era, sem dúvida, a única organização com recursos necessários para dar conta de tal desafio.

As federações e os sindicatos engajados nos processos de coletivização (CNT e UGT) utilizavam sua influência política e sua estrutura jurídica e administrativa para conseguir recursos financeiros das linhas de crédito disponibilizadas pelo Estado, *Revista Território Autônomo | n° 3 | Primavera de 2016*

principalmente pelo Ministério da Agricultura através do Instituto de Reforma Agrária (IRA). Para termos uma ideia, entre julho de 1936 e dezembro de 1937 o IRA, mediante o Sistema de Crédito Agrícola, já tinha destinado um montante de 17,7 milhões de pesetas para sindicatos agrícolas e algo em torno de 7 milhões de pesetas para cooperativas agrícolas (BERNECKER, 1982:147). A aquisição de tais recursos diretos foi importante para os primeiros passos de diversas coletividades e das próprias federações, que com os recursos puderam adquirir o básico para dar início à produção no regime coletivo de trabalho. As federações também conseguiam ter acesso a recursos técnicos e infraestrutura de outros órgãos da administração pública para a implementação ou manutenção de obras de infra-estrutura, absolutamente necessários ao processo produtivo.

Um dos aspectos mais importantes das federações era seu papel na distribuição e comercialização da produção intrarregional e interregional. As federações eram responsáveis por verificar quais eram os produtos excedentes e quais estavam escassos em cada coletividade. Os produtos eram levados para armazém comarcais ou regionais, dependendo da federação que estava responsável pela distribuição. Nestes armazéns, cada coletividade levava seus produtos excedentes e cabia à federação estabelecer uma equivalência entre eles. Por exemplos, um litro de vinho equivalia a um determinado peso em batatas. Assim que os produtos tornavam-se cambiáveis, cada coletividade poderia retirar aquilo que lhe faltava. Dessa forma, era realizada uma troca de excedentes entre as coletividades para abastecer a população com os produtos que estavam faltando. No decorrer da

guerra essa prática foi perdendo sua eficácia porque a escassez era basicamente dos mesmos produtos: carvão, café, cigarros, leites, ovos, carne, óleo. Além dos excedentes os armazéns também recebiam os produtos agropecuários e industrializados que seriam destinados ao consumo da população. Os trabalhadores poderiam adquirir tais produtos nos armazéns através da compra (no caso da manutenção do sistema monetário) ou com a utilização dos vales ou cupons de trabalho. O fundamental deste aspecto é a coordenação exercida visando ao máximo a satisfação das necessidades básicas da população através de centros de comercialização e distribuição localizados nos municípios mais centrais e de maior facilidade de acesso em cada comarca e, ao mesmo tempo, tais armazéns estavam distribuídos de forma mais descentralizada possível para permitir uma acesso mais rápido e fácil da população com o objetivo de evitar filas, dificuldade no acesso e nos meios de transporte. Além disso, a descentralização era importante para não criar uma relação de hierarquia entre os lugares onde um determinado município concentrasse em si as condições de desenvolvimento econômico e tecnológico em detrimento dos outros por conta da sua centralidade comercial. O comércio regional era basicamente controlado pelas federações e coletividades, portanto, os produtores individuais que não estivessem inseridos nessas organizações tinham dificuldades em conseguir vender seus produtos. A federação era responsável por receber os produtos das coletividades e daí proceder à comercialização ou a troca com outras federações das demais regiões espanholas e com os demais agentes do mercado que existiam na economia espanhola. A comercialização dos

Revista Território Autônomo | n° 3 | Primavera de 2016

produtos era fundamental para o desenvolvimento e a manutenção das coletividades e do processo revolucionário, uma vez que a experiência libertária estava, querendo ou não, inserida dentro de uma estrutura global capitalista e por isso necessitava de recursos para poder manter a produção e sustentar o trabalho coletivo.

Devemos salientar que a CNT criou federações regionais de camponeses em todas as regiões no início de 1937, justamente no momento em que se percebia a necessidade da constituição de tais órgãos de articulação multiescalar. No entanto, os órgãos mais importantes foram os seguintes: o Conselho de Aragão, o Conselho Econômico da Catalunha, a Federação Regional de Coletividades de Aragão e a Federação Regional dos Camponeses do Levante.

5. O legado da experiência anarquista: possibilidades, limites e a espacialidade

Antes de abordar o legado da experiência em si, é fundamental explicar as causas que levaram à derrota. Podemos pensar em dois conjuntos de elementos, um que chamaremos de externos e o segundo que chamaremos de internos.

Os elementos externos são aqueles constituídos por campos políticos e processos históricos antagônicos ao ideal libertário e que utilizaram todos os meios para derrotar a revolução anarquista durante a Guerra Civil Espanhola. Quando nos referimos a campos políticos, queremos dizer campos que constituíam o próprio campo republicano. Evidente que os nacionalistas eram inimigos, evidente que iriam combater o movimento

libertário, no entanto, na Espanha, os trabalhadores anarquistas foram derrotados pelos próprios republicanos.

Um elemento fundamental para compreender a derrota anarquista foi a geopolítica europeia durante a guerra. As maiores potências do continente, Inglaterra e França, não apoiaram a República contra os nacionalistas, que, por sua vez, tiveram amplo apoio da Alemanha e da Itália, com soldados, veículos, munição, insumos e consultores militares. A República só pode contar com o crucial apoio soviético, que não mandou soldados, porém enviou para a Espanha consultores militares, engenheiros, tanques, aviões, insumos, combustível, munições e veículos. O preço do apoio foi elevado: além de vastas quantidades da reserva de ouro, Stalin conseguiu aumentar de forma excepcional a influência comunista na condução dos rumos políticos da república espanhola. Em troca do apoio, o governo republicano teve que aceitar a forte interferência soviética na condução da guerra, na recomposição do aparelho de Estado e da coordenação econômica do país. Sua política era clara: ganhar a guerra contra o fascismo, impedir a revolução anarquista e implementar um Estado democrático onde os comunistas poderiam participar livremente da preparação da revolução através da tomada do aparelho de Estado pela via eleitoral. Assim, o Partido Comunista Espanhol e o Partido Socialista Unificado da Catalunha (ambos alinhados com Moscou) saíram de uma posição marginal para a hegemonia política na República. Quando tal hegemonia se consolidou, os comunistas iniciaram seus ataques à revolução libertária em dois planos: político e policial-militar.

No plano político, os comunistas iniciaram um vigoroso processo de reestruturação do aparelho de Estado, o que implicava na centralização e na desestruturação dos territórios libertários instituídos pelos anarquistas: comunas, coletivizações, conselhos, federações e comitês. Todos os espaços autônomos passaram a ser atacados no plano político-institucional: sua legalidade era questionada, sua autonomia reduzida a medida em que os órgãos e instituições estatais iam se reestruturando. Assim, as intervenções nas coletivizações passaram a se intensificar, além de uma série de exigências burocráticas para a existência das coletivizações, foram criadas Comissões Gestoras para substituir as comunas, os Conselhos e as Federações foram sendo esvaziadas de seu poder decisório.

No plano policial-militar, os comunistas iniciaram uma verdadeira caça aos anarquistas, o que incluía a participação da polícia secreta russa, a NKVD: prisões, assassinatos, sequestros, que culminaram em conflitos armados entre os dois campos dentro do território republicano¹⁶.

¹⁶ Dois episódios expressam de forma cristalina esse processo:

1. Em maio de 1937 os conflitos começaram a se intensificar e milícias anarquistas e do POUM enfrentaram milícias comunistas e forças policiais pelo controle da Central Telefônica de Barcelona, deixando algo em torno de 400 mortos e 1000 feridos (THOMAS, 1964:137). Existem diferentes versões para as causas do conflito, mas o que é fundamental é que ele foi a expressão dos diferentes campos e programas que estavam em jogo naquele momento da guerra (THOMAS, 1964; BROUÉ, 1972; ORWELL, 2006; BEEVOR, 2006; SALVADÓ, 2008);

2. O ápice dos conflitos ocorreu em agosto de 1937, quando as tropas lideradas pelo coronel Enrique Líster entraram em Aragão e dizimaram inúmeras coletividades, utilizando tropas do Exército republicano com apoio de artilharia e tanques de guerra.

Nesse sentido, os órgãos de segurança, inteligência e as forças armadas iniciaram uma forte repressão às organizações anarquistas e ao POUM, que eram as principais dissidências dentro do campo republicano e defendiam abertamente a guerra revolucionária e não a manutenção de uma democracia burguesa, tal qual defendiam comunistas e socialistas. Assim, inúmeros militantes da CNT, FAI, POUM, membros de coletividades e integrantes de milícias foram presos e até mesmo mortos (como Andrés Nin, fundador do POUM). O processo de contrarrevolução tinha começado na Espanha.

O ataque do coronel Líster às coletividades de Aragão era simbólico e estratégico ao mesmo tempo, uma vez que Aragão representava uma das maiores e mais importante área coletivizada da Espanha, era o principal front de batalha e tinha grande importância estratégica como área produtora de alimentos. Assim, a República conseguiu dar um duro golpe na moral do movimento libertário, ao mesmo tempo em que avançava com seu programa de reforma agrária e assumia o controle efetivo sobre a condução da campanha no front aragonês. Após o ataque às coletividades de Aragão, os camponeses espanhóis perderam grande parte do entusiasmo e da esperança de poder construir uma vida efetivamente autônoma. O uso das Forças Armadas contra a população fez voltar o tempo em que a República mandava soldados e tanques contra sua própria população. O temor de ser atacado, preso ou morto comprometia o ritmo e a produtividade do trabalho nas coletividades; afinal, os trabalhadores começaram a se perguntar qual era o sentido de trabalhar para ajudar e alimentar uma

República que os atacava com tropas e tanques da mesma forma que os nacionalistas.

Assim, de forma geral, o fim das coletividades estava associado basicamente a quatro fatores: 1. ação militar republicana contra as coletividades, como foi o caso de Aragão; 2. dissolução das coletividades pelos próprios trabalhadores por temor da ação violenta do governo republicano; 3. dissolução das coletividades por intervenção estatal via Ministério da Agricultura, por conta da desobediência de normatizações e diretrizes governamentais; 4. o avanço das tropas nacionalistas em território republicano.

Em relação aos elementos internos, é possível afirmar que ao mesmo tempo em que foram protagonistas de feitos notáveis, os anarquistas, por outro lado, não foram capazes de superar completamente a heteronomia, as estruturas hierárquicas e centralizadoras. Certos conflitos básicos não foram totalmente superados, o exercício do poder não foi exercido coletivamente de forma plenamente autônoma, a injustiça social continuou existindo (ainda que muitíssimo atenuada), crimes foram cometidos, tampouco foi construído um “paraíso libertário” na Terra. Obviamente, os vícios, os defeitos humanos não foram abolidos. A análise deve evitar a idealização e o romantismo exagerado, justamente para fortalecer as estratégias de luta que buscam, com realismo, aumentar a margem de exercício da autonomia. A idealização e a romantização de um movimento ou experiência não permitem uma análise crítica e, por isso mesmo, tendem a transformá-los em dogmas e modelos que não podem e não devem ser questionados, mas sim aplicados a qualquer espaço em qualquer período histórico sem a necessária contextualização e

balanço crítico para identificar as virtudes, as potencialidades, limites e contradições.

Nesse sentido, a experiência espanhola mostrou a dificuldade (mas não a impossibilidade), de uma organização radicalmente descentralizada e federativa do movimento revolucionário. Tanto a CNT quanto a FAI reproduziram dentro de suas estruturas hierárquicas e centralizações que não respeitavam o princípio federativo. Houve, de fato, a separação entre a cúpula do movimento (os principais líderes e dirigentes sindicais) e a base de militantes, o que significou a centralização do exercício do poder na escala nacional e de condução da política da CNT-FAI em relação à colaboração com o Estado; ao mesmo tempo, não é plausível imaginar que em todas as coletivizações, em todos os comitês e organizações não tenha ocorrido algum tipo de abuso de poder, enriquecimento ilícito, personalismo, etc. No entanto, isso não diminui a importância e a riqueza da experiência espanhola.

A principal lição dessa experiência diz respeito à colaboração das organizações anarquistas com o processo de reestruturação do Estado. Tal colaboração, ao nosso ver, foi o principal erro estratégico do movimento libertário e sua maior contradição: os anarquistas da CNT e da FAI auxiliaram, diretamente, no processo de fortalecimento do Estado, ou seja, colaboraram para fortalecer e reestruturar a instituição que queriam destruir. A postura dos líderes anarquistas em colaborar com o governo central de Madrid e com a *Generalitat* decretou o fracasso do processo revolucionário, uma vez que os esforços políticos e militares foram progressivamente sendo cada vez mais canalizados para fortalecer as estruturas governamentais, ao invés de fortalecer e ampliar os

Revista Território Autônomo | n° 3 | Primavera de 2016

territórios libertários fora de influência do aparelho de Estado. Assim, a estratégia global da CNT e da FAI passou de uma guerra revolucionária para a colaboração com a recomposição do aparelho estatal, o que significou o fortalecimento de uma estrutura heterônoma de poder, que tão logo recuperou sua capacidade de agir, voltou-se contra as experiências libertárias: quanto mais fortaleciam o Estado, mais enfraquecida se tornava a revolução. Nessa perspectiva, a dinâmica do Conselho de Economia da Catalunha e do Conselho de Aragão são exemplos perfeitos desse processo: órgãos que deveriam aprofundar o processo revolucionário foram progressivamente atrelados ao aparelho de Estado e contribuíram para enfraquecer a experiência libertária.

A questão que se coloca é: por que isso aconteceu? Acreditamos que a resposta está exatamente na constituição de uma cúpula dirigente e uma base que se dissociam politicamente¹⁷. Grande parte da base estava engajada na guerra revolucionária, ou seja, acreditava na necessidade de se fazer a revolução para conseguir ganhar a guerra e não o contrário. Essa postura era contrária à estratégia dos líderes que buscavam ocupar cargos-chaves na administração, o que demonstrava mais uma preocupação em não ficar de fora da esfera política e militar que iria conduzir a guerra do que propriamente uma estratégia de tomar o Estado por dentro para aniquilá-lo. O desenvolvimento da

¹⁷ Frank Mintz (2002) chama a atenção para a constituição de uma elite formada pelos dirigentes da CNT, que inclui a maioria dos faístas, que passa a agir de forma hierárquica e dissociada das bases, colocando em xeque a estrutura federativa, horizontal e efetivamente autônoma da CNT. A dissociação entre esta elite e as bases se manifestará principalmente no que se refere à participação da CNT no governo central quando Largo Caballero é escolhido Primeiro Ministro.

recomposição do aparelho estatal demonstrou a incapacidade dos anarquistas exercerem a hegemonia por dentro de uma estrutura heterônoma que foi pensada e organizada para impedir o processo revolucionário. As forças políticas que estavam ocupando o aparelho de Estado junto com os anarquistas tinham uma experiência muito maior nesse tipo de ação do que a central anarcossindicalista. Soa extremamente ingênua a possibilidade de que os anarquistas teriam sucesso de alcançar a hegemonia do aparelho de Estado disputando-a com o Partido Comunista, o PSOE e os demais partidos republicanos. Nesse sentido, compartilhamos o posicionamento de Frank Mintz (2006) que viu na entrada dos anarquistas no aparelho de Estado como o início da derrota do processo revolucionário, motivada por uma postura pragmática, quando na verdade o que deveria ser estimulado era o fortalecimento das organizações autônomas dos trabalhadores, ou seja, o aprofundamento do processo revolucionário. Conforme o aparelho de Estado se recompõe, em todas as esferas e escalas, o processo revolucionário é sufocado e, finalmente, destruído. Assim, ao invés de ampliar a margem de manobra, a estratégia das lideranças solapou as conquistas de 1936 e 1937. Nessa conjuntura específica, seria mais promissor e fecundo investir na ampliação e no fortalecimento dos territórios libertários: federações, comunas e coletivizações. É possível que a radicalização dessas experiências retardasse a recomposição do aparelho de Estado, ampliando as margens de manobra dos anarquistas.

A rica experiência dos anarquistas espanhóis deixou um importante legado ético, político e econômico, no que se refere às possibilidades de

Revista Território Autônomo | n° 3 | Primavera de 2016

criação e instituição de outros modos de existência e valiosas lições práticas para aqueles que buscam transformar a sociedade e suas vidas baseadas nos princípios libertários de horizontalidade, autogestão, ajuda mútua, descentralização; que buscam superar o modo de existência capitalista e, rejeitam, ao mesmo tempo, as experiências do socialismo real, nas quais se constituíram regimes ditatoriais e totalitários.

Talvez o principal legado da experiência anarquista espanhola tenha sido ajudar a demonstrar que a instituição de um modo de existência libertário é possível, não se tratando apenas de uma utopia. A experiência demonstra a possibilidade real e concreta da autogestão econômica e política realizada pelos próprios trabalhadores. Os anarquistas espanhóis demonstraram, através da instituição da autogestão da produção, como a economia e a política são indissociáveis, o que supõe o conhecimento operacional da atividade econômica em si (utilização de tecnologia, conhecimento dos processos produtivos, contabilidade, administração, manutenção, etc.), a definição do tipo de regime de propriedade, a organização e a remuneração do trabalho (o que implica a distribuição da riqueza socialmente produzida), a escolha das bases técnicas. Todas essas questões não são meramente “econômicas”, mas sim políticas, pois se referem diretamente à organização do trabalho em uma nova forma de organização societária. Além disso, os trabalhadores foram capazes de criar vigorosos espaços políticos caracterizados por um elevado grau de autonomia, ou seja, espaços deliberativos onde se buscou reduzir de forma significativa a heteronomia e instituir mecanismos de participação efetiva do

63

indivíduo e da coletividade no exercício do poder através da criação de estruturas de poder mais horizontais e diretas, como as federações, as assembleias e o uso do mecanismo da delegação.

A consequência política e ética desse legado é o esforço para se instituir uma sociedade que busca o desenvolvimento pleno da capacidade de agir e de pensar de cada indivíduo, ou seja, uma sociedade onde a preocupação fundamental é o bem estar e o desenvolvimento de todos os seus membros e que assuma de forma explícita essa preocupação como um dever da coletividade. Uma das principais formas de se buscar possibilitar um amplo desenvolvimento intelectual, físico e cultural - um verdadeiro *desenvolvimento sócio-espacial* pautado em valores e princípios anti-heterônomos - se deu através da alteração do modo de distribuição da riqueza social e dos investimentos realizados em serviços e infra-estrutura necessários para garantir as condições de desenvolvimento das potencialidades, o que só pode ser feito se houver um investimento coletivo de poder para viabilizar tais mudanças: permitir ao produtor a apropriação integral do seu trabalho direta (algum tipo de remuneração, se for o caso) ou indiretamente, através dos investimentos coletivos de serviços e infra-estrutura. Podemos contrapor essa ideia de sociedade àquela onde cabe somente ao indivíduo, através de seus esforços individuais, e independente das condições sociais, buscar seu próprio desenvolvimento e bem estar; ao mesmo tempo, podemos contrapor também essa sociedade àquela organizada de cima para baixo pelo Estado do Partido único liderado por uma vanguarda que constitui uma classe burocrata que impõe as condições de existência para o restante da

Revista Território Autônomo | n° 3 | Primavera de 2016

coletividade, que, nessas condições, está dissociada de sua capacidade de agir e pensar.

A ação dos trabalhadores libertários transformou a organização espacial hegemônica, através da refuncionalização do substrato material ou através de reestruturações territoriais. Em outras palavras, ocorreram transformações nas formas e, principalmente, nas funções do substrato material, ou seja, dos objetos que constituem o espaço geográfico (refuncionalização) e também na transformação dos arranjos territoriais de poder, ou seja, alterações nos limites e nas dinâmicas territoriais em função de um novo conjunto de relações de poder que redefinem as formas de organização e gestão do território, ou, em outras palavras, uma redefinição das formas de organização e gestão dos corpos políticos, estruturas produtivas e administrativas.

No primeiro caso, muito comum nas cidades, o substrato material passou por mudanças funcionais importantes, como por exemplo, igrejas, restaurantes, hotéis e imóveis particulares que foram expropriados e passaram a desempenhar funções distintas daquelas para as quais foram produzidas: armazéns, cinemas, escolas, refeitórios coletivos, sedes de partidos, sindicatos e organizações, moradia popular. O substrato material passava por esse processo de refuncionalização e, às vezes, por uma transformação na sua forma (destruição, reforma, manutenção, ampliação) para atender às novas necessidades criadas por outros protagonistas. Além disso, não podemos esquecer das novas formas de apropriação simbólicas do espaço por conta da produção de uma nova subjetividade coletiva que atribuía sentidos e significados ao

espaço geográfico, expressando uma nova espacialidade.

Em relação à reestruturação territorial, a coletivização de terras, que logicamente também implicou certa reestruturação do próprio substrato espacial material, alterou completamente as relações de poder no campo e o arranjo espacial das estruturas produtivas por conta da mudança do regime de propriedade e das transformações técnicas realizadas pelos camponeses. As novas formas de gestão política dos municípios e províncias também promoveram processos de reestruturação territorial por conta da nova rede de poder que se estabeleceu, alterando os limites e a dinâmica do exercício do poder. Tais transformações nos permitem pensar a relação indissociável entre um determinado modo de organização social e uma determinada espacialidade. Na experiência espanhola é possível observar como um modo de existência libertário implica uma espacialidade própria, que lhe é imanente. As comunas e as federações, as coletivizações agrícolas e urbanas, a autogestão territorial, novas formas de relação cidade e campo, as articulações multiescalares são a expressão dessa nova espacialidade.

É impossível afirmar que um determinado processo histórico tomaria outros rumos caso determinadas ações, coletivas e/ou individuais, tivessem sido diferentes. Assim, é impossível afirmar que os anarquistas espanhóis teriam sido capazes de vencer a Guerra Civil e consolidar uma revolução libertária, transformando a Espanha em uma grande federação, caso as organizações anarquistas tivessem conseguido manter sua hegemonia política, econômica e militar ao longo do conflito, se a CNT e a FAI ampliassem cada vez os

Revista Território Autônomo | n° 3 | Primavera de 2016

seus territórios libertários em vez de colaborar com o processo de recomposição do aparelho de Estado.

É impossível *afirmar*; no entanto, podemos *especular* de forma relativamente prudente a partir das condições políticas, econômicas e militares não só das Espanha, mas do mundo e, principalmente, da Europa, naquele momento. Portanto, especulando de maneira responsável, acreditamos que a vitória anarquista era muito difícil, praticamente impossível. Em primeiro lugar, por conta da quantidade de inimigos internos: os nacionalistas, os próprios socialistas e comunistas, além de outros republicanos. Eram muitas as frentes contra as quais lutar. Imaginando uma vitória republicana contra os nacionalistas fascistas, o movimento libertário teria que enfrentar as forças combinadas do Exército Republicano, do PSOE, da UGT, PCE e PSUC, o que significava o início de uma outra Guerra Civil.

Imaginando um cenário muito improvável, a vitória libertária seria possível após um grande esforço de coordenação e organização para aprofundar o processo revolucionário como estratégia de impedir a recomposição do aparelho de Estado, o que significaria a redução da capacidade de ação das organizações republicanas. Caso isso fosse feito, a vitória anarquista seria possível. No entanto, o novo regime social não seria capaz de se sustentar por muito tempo, e as razões para isso encontram-se na geopolítica global: as potências capitalistas, o bloco fascista e a União Soviética não iriam permitir a existência de um território libertário no continente europeu, que pudesse servir de exemplo para os trabalhadores de outros países. É possível especular que o território libertário pudesse se sustentar até o fim da Segunda Guerra; afinal, os anarquistas seriam importantes aliados, na prática

(ou seja, ainda que informalmente), das democracias burguesas e da União Soviética no combate ao Eixo. Entretanto, é plausível imaginar que, após o encerramento da guerra, as atenções fossem voltadas para a destruição da revolução libertária.

Ao longo de três anos os trabalhadores espanhóis, que estavam imbuídos de um espírito libertário, produziram uma experiência única de autogestão política e econômica no sangrento contexto de uma guerra civil. Com ambiguidades, limites e contradições, os anarquistas espanhóis conseguiram engendrar um dos maiores e mais importante processo revolucionário da história do movimento operário moderno baseado em princípios libertários. No entanto, apesar de todas suas limitações e ambiguidades, foi uma experiência rica e radical, que deixou um legado ético e político da maior importância para todos aqueles, que de algum modo, buscam transformar o mundo e suas vidas. Se, por um lado, os anarquistas perderam a guerra e não conseguiram consolidar a revolução, eles foram vitoriosos simplesmente pelo fato de conseguirem instituir, dentro das terríveis condições em que se encontravam, um novo modo de existência calcado na solidariedade, na ajuda mútua, na cooperação, na busca pelo aumento da liberdade, na tentativa de se distribuir melhor a riqueza, de tentar possibilitar o exercício do poder da forma mais autônoma possível.

Referências bibliográficas

ALBA, Victor. *Los colectivizadores*. Barcelona. Alertes. 2001.

AMSDEN, John. La colectivización industrial bajo control obrero: Cataluña, 1936-39. In PEET,

Richard (org.). *Anarquismo y geografía*. Barcelona: Oikos-tau. 1989.

BEEVOR, Antony. *A batalha pela Espanha*. Rio de Janeiro. Record. 2007.

BERNECKER, Walter. *Las colectividades y revolución social*. El anarquismo en la guerra civil española. Barcelona. Crítica. 1982.

_____. El anarquismo en la Guerra civil española. Estado de la cuestión. *Cuadernos de Historia Contemporánea*. Nº 14. Madrid. Editorial Universidad Complutense. 1992.

BERTHIER, René, LEVAL, Gaston e MINTZ, Frank. *Autogestão e anarquismo*. São Paulo. Imaginário. 2002.

BIGLINO, Paloma. *El socialismo Español y la cuestión agraria (1890-1936)*. Madri. Ministerio de Trabajo y Seguridad Social. 1986.

BOOCKCHIN, Murray et al. *O bairro, a comuna, a cidade... espaços libertários*. São Paulo. Imaginário. 2003.

BOLLOTEN, Burnnet. *The Spanish Republic and the civil war*. Princeton. 1965.

_____. *La Guerra Civil española: Revolución Y Contrarrevolución*. Alianza Editorial. Madrid.

BREITBART, Myrna Margulies. El anarquismo español: ensayo introductorio. In PEET, Richard (org). *Anarquismo y geografía*. Barcelona: Oikos-tau. 1989a.

_____. Descentralismo anarquista en la España rural, 1936-39: la integración de comunidad y medio ambiente. In PEET, Richard (org). *Anarquismo y geografía*. Barcelona: Oikos-tau. 1989b.

BROUÉ, Pierre. *A revolução espanhola 1936-1939*. São Paulo. Perspectiva. 1992.

CAL, Enric Ucelay-Da y TAVERA, Susana. Un andamio en movimiento: Organigrama y territorio en la CNT. In OYÓN, José Luis e GALLARDO, Juan José (orgs). *El cinturón rojinegro: radicalismo*

- cenetista y obrerismo en la periferia de Barcelona 1918-1939. Barcelona. Ediciones Carena. 2005.
- CARR, Raymond. *The republic and the civil war in Spain*. London. Macmillan. 1971.
- CARRIÓN, Pascual. *La reforma agraria de la 2ª República y la situación actual de la agricultura española*. Barcelona. Ariel. 1973.
- CASANOVA, Julián et al. *El pasado oculto. Fascismo y violencia en Aragón (1936-1939)*. Madrid. Siglo XXI. 1992.
- CASANOVA, Julián. *Anarquismo y revolución social en la sociedad rural aragonesa 1936-1938*. Barcelona. Crítica. 2006.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1982.
- _____. *Socialismo ou barbárie*. São Paulo. Brasiliense. 1983.
- _____. *As encruzilhadas do labirinto III. O mundo fragmentado*. "Poder, Política, Autonomia". São Paulo. Paz e Terra. 1992.
- CATALAN, Jordi. *La industria entre la Guerra y la revolución, 1936-1939*. Santiago de Compostela. Congreso de la Asociación Española de Historia Económica. 2005.
- CENDRA i BERTRAN, Ignaci. *El Consell d'Economia de Catalunya (1936-1939)*. Revolució i contrarevolució en una economia col·lectivizada. Barcelona. Publicacions de l'Abadia de Montserrat. 2006.
- COMAS, Rocío Navarro. Las colectividades agrarias en los folletos anarquistas de la guerra civil española. *Hispania Nova: Revista de historia contemporánea*, Nº. 1, 1998-2000.
- DÍAZ, Benito Sans. Las colectividades campesinas durante la guerra civil española: Villamalea (1936-1939) *Al-Basit: Revista de estudios albacetenses*, Nº. 5, páginas 119-130. 1978.
- DURAN, Antoni Castells. *Les col·lectivitzacions a Barcelona 1936-1939*. Barcelona. Hacer Editorial. 1993.
- _____. *El processo estatizador en la experiencia colectivista catalana (1936-1939)*. Madrid. Nossa y Jara Editores. 1996.
- EALHAM, Chris. *La lucha por Barcelona. Clase, cultura y conflictos 1898-1937*. Madrid. Alianza Editorial. 2005.
- FÀBREGAS, Joan. *Vuitanta dies al Govern de la Generalitat*. El que vais fer i el que no em deixaren fer. Barcelona. Bosch. 1937.
- FERNÁNDEZ, Francisco Javier de Madariaga. *Las industrias de guerra de Cataluña durante la Guerra Civil*. Tesis doctoral. Tarragona. Universidad Rovira i Virgili. 2003.
- GARCÍA, Luis Buendía. *La experiencia autogestionaria durante la Guerra Civil española*. Disponible en [www.cellfrancescsabat.org/CELL/seccions/Anàlisis i Estudis Econòmics/02. B\(1\) - Historia Económica](http://www.cellfrancescsabat.org/CELL/seccions/Anàlisis%20i%20Estudis%20Econòmics/02.%20B(1)%20-%20Historia%20Econòmica).
- GARCÍA-RAMON, Maria Dolores. La concepción de un paisaje anarquista rural: aportaciones de la teoría anarquista española. In PEET, Richard (org). *Anarquismo y geografía*. Barcelona: Oikos-tau. 1989.
- GONZÁLES, Luis Garrido. *Colectividades agrarias en Andalucía: Jaén (1931-1939)*. Jaén. Universidad de Jaén. 2003.
- _____. *La economía colectivizada de la zona republicana durante la Guerra Civil*. Madrid. Congreso Internacional de la Guerra Civil. 2006.
- GUÉRIN, Daniel. *El anarquismo*. Buenos Aires. Utopía Libertaria. s/d.
- HERMET, Guy. *La guerre d'Espagne*. Paris. Seuil. 1989.
- HUERTA, Justo A. y PUELL, Fernando. *Atlas de la Guerra Civil española*. Antecedentes, operaciones y secuelas militares (1931-1945). Madrid. Editorial Síntesis. 2007.
- ÍNIGUEZ, José Deogracias Carrión. Colectividades agrarias de la provincia de Albacete durante la Guerra Civil. *Al-Basit: Revista de estudios albacetenses*, Nº. 1, (Exemplar dedicado a: La

- Guerra Civil y las Brigadas Internacionales en Albacete), páginas 41-50. 1996.
- JULIÁ, Santos (org). *Víctimas de la Guerra civil*. Madrid. Temas de hoy. 1999.
- KENNEDY, Paul. *Ascensão e queda das grandes potências*. Rio de Janeiro. Campus. 1989.
- LEVAL, Gaston. *Colectividades libertarias en España*. Buenos Aires: Editorail Proyeccion, 1972.
- LOSA, Rosa Sepúlveda. Incautaciones urbanas en Albacete durante la Guerra Civil. In *Estado, protesta y movimientos sociales : actas del III Congreso de Historia Social de España*. Vitoria-Gasteiz. Universidad del Pais Vasco. 1997.
- MAURICE, Jacques. *Problemática de las colectividades agrarias en la Guerra Civil Agricultura y sociedad*, nº 7, páginas 53-85. 1978.
- MENDEZ, Nelson e VALLOTA, Alfredo. Una perspectiva anarquista de la autogestión. In *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*. Enero-Abril, año/vol. 12, nº 1, pg. 59-72. Caracas. Universidad Central de Venezuela. 2006.
- MINTZ, Frank. *Autogestión y anarcosindicalismo en la España revolucionaria*. Madrid. Traficante de sueños. 2006.
- MUÑOZ, Lina Gálvez. *Produciendo para la Revolución y produciendo para la Reacción. Trabajo y Guerra Civil, 1936-1939*. In. ACEÑA, Pablo Martín e RUIZ, Elena Martínez (orgs.). Madrid. Marcial Pons. 2006.
- MUÑOZ, Rafael Quirosa-Cheyrouze. Los consejos municipales: una nueva articulación del poder local en la retaguardia republicana. *Historia Actual Online*, nº. 4, 2004.
- OLIVER, Juan García. *El eco de los pasos: el anarcosindicalismo en la calle, en el Comité de Milicias, en el gobierno, en el exilio*. Paris. Ruebo Ibérico. 1978.
- ORTIZ, M.I. López y MORENO, J. Melgarejo. *El sector agrario durante la Guerra Civil*. Santiago de Compostela. Congreso de la Asociación Española de Historia Económica. 2005.
- ORWELL, George. *Lutando na Espanha*. São Paulo. Globo. 2006.
- OYÓN, José Luis. *La quiebra de la ciudad popular: espacio urbano, inmigración y anarquismo en la Barcelona de entreguerras, 1914-1936*. Barcelona. Ediciones del Sebral. 2008.
- OYÓN, José Luis e GALLARDO, Juan José (orgs). *El cinturón rojinegro: radicalismo cenetista y obrerismo en la periferia de Barcelona 1918-1939*. Barcelona. Ediciones Carena. 2005.
- PAYNE, Stanley. *La revolución y la guerra civil española*. Madrid. Júcar. 1976.
- PEIRATS, José. *La CNT en la revolución española*. Madrid. Ruedo Ibérico. 1978.
- _____. *Los anarquistas en la crisis política española (1869-1939)*. Buenos Aires. Libros de Anarres. 2006.
- PONS, María Angeles. *Haciendas y finanzas durante la Guerra Civil*. Congreso la guerra civil española 1936 - 1939. Disponible em <http://www.secc.es/acta.cfm?id=1596>. 2006.
- PRESTON, Paul. La historiografía de la guerra civil española: de Franco a la democracia. In. GRANJA, J.L de la, MIRALLES, R. e REIG, A. (orgs). *Muñón de Lara y la historiografía española*: Madri. Siglo XXI. 1999.
- _____. *The Spanish Civil War: Reaction, Revolution, and Revenge*. London. W. W. Norton. 2007.
- ROCA, Francesc. *Política, economía y espacio. La política territorial en Cataluña (1936-1939)*. Barcelona. Ediciones del Serbal. 1983.
- ROCKER, Rudolf. *Anarcosindicalismo*. Teoria y practica. Barcelona. Ediciones Picazo. 1978.
- _____. *Anarquismo y organización*. Disponible em www.cgt.es. s/d.
- RODRIGUES, Glauco Bruce. *Comunas e Federações, territórios libertários: a espacialidade anarquista durante a Guerra Civil Espanhola (1936-1939)*. Tese de doutorado. Programa de pós-

graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2011.

_____. Geografia Histórica e ativismos sociais. *Geotextos*. Vol. 11, nº1 (julho), pgs. 241-268. Programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia. Salvador. 2015.

RODRÍGUEZ, Juan Andrés Blanco. La historiografía de la guerra civil española. *Hispania Nova. Revista de Historia Contemporánea*. Nº 7. 2007. Disponível em <http://hispanianova.rediris.es/7/dossier/07d014.pdf>

RUIZ, Octavio e GÓMEZ, Miguel. *Los Nuevos Historiadores Ante La Guerra Civil Española*. Granada. Diputación Provincial. 1990.

SALVADÓ, Francisco J. Romero. *A Guerra Civil Espanhola*. Rio de Janeiro. ZAHAR. 2008.

SANTILLÁN, Diego Abad. *Por que perdimos la guerra*. Una contribución a la historia de la tragedia española. Buenos Aires. Ediciones Imán. 1940.

_____. *O organismo econômico da revolução*. São Paulo: Brasiliense. 1980.

SEWELL, Amber J. *Las colectividades del Cinco Medio durante la Guerra Civil (1936-1939)*.

SOUCHY, Agustín. *Entre los campesino de Aragón*. Barcelona. Tusquets. 1977.

SOUCHY, Agustín y Folgare, Paul. *Colectivizaciones*. La obra constructiva de la revolución española. Barcelona. CNT-AIT. 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de . *A prisão e a ágora*. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 2006.

THOMAS, Hugh. *A Guerra Civil Espanhola*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1964 [1961]

TORRE, Alejandro R. Díez. *Del caciquismo a la colectivización: el desarrollo histórico de las*

colectividades de Guadalajara, 1936-1939. *Wad-al-Hayara. Revista de estudios de Guadalajara*. Nº. 11, pags. 175-226. 1984.

_____. *La sociedad rural anarquista durante la Guerra Civil Española*. Congreso Internacional de la Guerra Civil Española. 2006.

_____. *Trabajan para la eternidad: colectividades de trabajo y ayuda mutua durante la Guerra Civil en Aragón*. Madri. La Malatesta Editorial e Prensas Universitarias de Zaragoza. 2009.

TRUJILLO, Ivan Jesús. *Colectividades agrárias em la provincia de Ciudad Real*. Ciudad Real. Biblioteca de autores manchegos y Diputación de Ciudad Real. 2003.

VEGA, Eulália. Radicals i moderats a Barcelona i el seu entorn: una reflexió sobre las seves causes. In. OYÓN, José Luis e GALLARDO, Juan José (orgs). *El cinturón rojinegro: radicalismo cenetista y obrerismo en la periferia de Barcelona 1918-1939*. Barcelona. Ediciones Carena. 2005.

VILAR, Julio et al. *Estructura social del campo español: el censo de campesinos (1932-1936)*. Seminario Fuentes y metodos para la historia rural. Córdoba. Universidad de Córdoba. 2000.

VILAR, Pierre. *A guerra da Espanha*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1985.

VIÑAS, Angel. *Franco, Hitler y el estallido de guerra civil*. Antecedentes y consecuencias. Madrid. Alianza. 2001.

WOODCOCK, George. *História das idéias e movimentos anarquistas*. Vol. 1 A idéia. Porto Alegre: L&PM.. 2002a.

_____. *História das idéias e movimentos anarquistas*. Vol. 2 O movimento. Porto Alegre: L&PM.. 2002b.